

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 083

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 057ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE JUNHO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/227 a 264, 268, 269, 284, 286 a 292, 296, 298 e 299/2002, do senhor Governador

do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nº:

698/2001 - De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Vila Rural Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Farol e foro na Comarca de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.573. **Anote-se - Arquivo-se.**

620/2001 - De autoria do deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública o Núcleo Terapêutico Nova Vida, com sede e foro no município de Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.574. **Anote-se - Arquivo-se.**

536/2001 - De autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, do Colégio Estadual Rosa Delúcia Calsavara - Ensino de 1º e 2º Graus, com sede e foro no município de Cambira, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.575. **Anote-se - Arquivo-se.**

615/2001 - De autoria do deputado Geraldo Cartário que, declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Agudos do Sul, com sede município de Agudos do Sul e foro no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.576. **Anote-se - Arquivo-se.**

151/2002 - De autoria do deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores Santa Luzia, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.577. **Anote-se - Arquivo-se.**

130/2002 - De autoria da deputada Serafina Carrilho que, declara de Utilidade Pública a Fundação Missionária Evangélica Oásis, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.578. **Anote-se - Arquivo-se.**

602/2002 - De autoria do deputado Cesar Seleme que, declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Estância Velha da Tradição, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.579. **Anote-se - Arquivo-se.**

606/2001 - De autoria do deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Esperança de Tupãssi- ABET, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.580. **Anote-se - Arquivo-se.**

613/2001 - De autoria do deputado Tony Garcia que, declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Social ao Adolescente- Casa, com sede e foro no município de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.581. **Anote-se - Arquivo-se.**

622/2001 - De autoria do deputado Ademar Traiano que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Cruzeiro do Sul, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.582. **Anote-se - Arquivo-se.**

637/2001 - De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro que, declara de Utilidade Pública o Provopar- Pro-

grama do Voluntariado Paranaense do Município de Cândói, com sede e foro no município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.583. **Anote-se - Arquivo-se.**

638/2001 - De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de Esquina Progresso, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.584. **Anote-se - Arquivo-se.**

590/2001 - De autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Instituição Beneficente Casa São Luiz, com sede e foro no município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.585. **Anote-se - Arquivo-se.**

010/2002 - De autoria do deputado José Maria Ferreira que, declara de Utilidade Pública a Associação Londrinense dos Portadores de Esclerose Múltipla- ALPEM - Londrina e Região, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em lei tomou o nº 13.586. **Anote-se - Arquivo-se.**

075/2002 - De autoria do deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do bairro Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.587. **Anote-se - Arquivo-se.**

011/2002 - De autoria do deputado José Maria Ferreira que, declara de Utilidade Pública a Associação Portal da Luz, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.588. **Anote-se - Arquivo-se.**

004/2002 - De autoria do deputado Caíto Quintana que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Vista da Aparecida, com sede na cidade de Boa Vista da Aparecida e foro no município de Capitão Leônidas Marques, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.589. **Anote-se - Arquivo-se.**

225/2001 - De autoria do deputado Antonio Baratter que, declara de Utilidade Pública a Associação de Deficientes Físicos de Cascavel- Adefica, com sede e foro no município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.590. **Anote-se - Arquivo-se.**

488/2001 - De autoria do deputado Moysés Leônidas que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Maria Celina, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.591. **Anote-se - Arquivo-se.**

266/2000 - De autoria do deputado Algaci Túlio que, declara de Utilidade Pública o Conselho Municipal de Assistência Social- Comas, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.592. **Anote-se - Arquivo-se.**

026/2002 - De autoria do deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos da Região de Londrina- APOL, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.593. **Anote-se - Arquivo-se.**

119/2002 - De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk que, declara de Utilidade Pública a Casa de Retorno ao Lar-CRL, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.594. **Anote-se - Arquivo-se.**

120/2002 - De autoria do deputado Ricardo Maia que, declara de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Deficientes de Maringá- Apedem, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.595. **Anote-se - Arquivo-se.**

118/2002 - De autoria do deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Tiradentes, com sede e foro no município de Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.596. **Anote-se - Arquivo-se.**

115/2002 - De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul- Aprocor, com sede no município de Corumbataí do Sul e foro no município de Barbosa Ferraz, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.597. **Anote-se - Arquivo-se.**

123/2002 - De autoria do deputado Algaci Túlio que, declara de Utilidade Pública a Associação Modelo de Orientação à Adolescente - Casa Marelise Cristina Borges- AMOA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.598. **Anote-se - Arquivo-se.**

127/2002 - De autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Lourenço Bacarin, com sede e foro no município de Iporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.599. **Anote-se - Arquivo-se.**

137/2002 - De autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Bairro Lar Paraná, com sede e foro no município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.600. **Anote-se - Arquivo-se.**

131/2002 - De autoria da deputada Serafina Carriho, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Defesa e Promoção da Família e da Condição Feminina - Sociedade Mulher, com sede e foro no município de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.601. **Anote-se - Arquivo-se.**

136/2002 - De autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Distrito de Rio Verde - ACURV, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubatã, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.602. **Anote-se - Arquivo-se.**

139/2002 - De autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de São Sebastião da Amoreira, com sede no município de São Sebastião da Amoreira e foro no município de Assaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.603. **Anote-se - Arquivo-se.**

649/2001 - De autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores do Alto São João, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.604. **Anote-se - Arquivo-se.**

689/2001 - De autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Quitandinha - APAE, com sede no município de Quitandinha e foro no município de Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.605. **Anote-se - Arquivo-se.**

709/2001 - De autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Social Santo Antonio de Guaraniaçu - Casa da Terceira Idade, com sede e foro no município de Guaraniaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.606. **Anote-se - Arquivo-se.**

154/2002: De autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Casa Mais Vida, com sede e foro no município de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.607. **Anote-se - Arquivo-se.**

174/2002: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública o Centro Integrado e Apoio Profissional, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.608. **Anote-se - Arquivo-se.**

153/2002: De autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Santa Terezinha, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.609. **Anote-se - Arquivo-se.**

099/2002: De autoria da deputada Luciana Rafagnin, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sra. Ana Primavesi, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.610. **Anote-se - Arquivo-se.**

193/2002: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação financeira não reembolsável (doação), no valor de US\$15,000,000,00, oriunda do Global Environment Fund - GEF, através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para apoiar a implantação do Projeto Paraná Biodiversidade, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.613. **Anote-se - Arquivo-se.**

284/2002: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$100,000,000,00, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para implementação do Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.614. **Anote-se - Arquivo-se.**

691/2001: De autoria do deputado Durval Amaral, que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 091. **Anote-se - Arquivo-se.**

161/2002 - De autoria do deputado Nelson Justus, que denomina de Rodovia Mário Ceni, a estrada T/Br 158, que liga o município de Chopinzinho do município de Coronel Vivida, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.616. **Anote-se - Arquivo-se.**

576/2001 - De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que proíbe a exigência de fiador nas matrículas em estabelecimentos de ensino privado no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.617. **Anote-se - Arquivo-se.**

459/2001: - De autoria do deputado Nereu Moura, que denomina de Doutor Caetano Bernardo Filho, o prédio da Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) do município de Guaraniaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.618. **Anote-se - Arquivo-se.**

029/2001: De autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a designar verba para veicular propaganda de eventos e/ou atividades vocacionais de cada região do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.619. **Anote-se - Arquivo-se.**

228/99: De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a abrir linhas de crédito através de programas de apoio ao pequeno proprietário rural, conforme específica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.620. **Anote-se - Arquivo-se.**

617/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica Pesqueiro, localizada no município de Jaguariaíva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.621. **Anote-se - Arquivo-se.**

603/2001: De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Camilo, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.622. **Anote-se - Arquivo-se.**

667/2001: De autoria do deputado Durval Amaral, que dá nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 22, da Lei nº 13.331/2001, Código de Saúde, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.626. **Anote-se - Arquivo-se.**

222/2002: De autoria do Ministério Público, que dispõe sobre concessão de gratificação especial por assiduidade, no valor mensal de R\$100,00 ao servidor público efetivo integrante do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.628. **Anote-se - Arquivo-se.**

260/2002: De autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre concessão de gratificação meritória especial, pela assiduidade e eficiência no serviço, nos valores que específica, ao servidor regido pela CLT, contratado pela SEED ou pela Paranáeducação, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.629. **Anote-se - Arquivo-se.**

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 1650**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, regime de urgência ao governo do Estado para que seja enviado a esta Casa o anteprojeto de lei complementar que estrutura o quadro de auditores fiscais da Coordenação da Receita do Estado.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por função requerer regime de urgência ao governo do Estado para que seja enviado para esta Casa o anteprojeto de lei complementar que estrutura o quadro de auditores fiscais da Coordenação da Receita do Estado. Este vem para modernizar nosso fisco, pois, como podemos notar, o estatuto atual data de 4 de dezembro de 1978. Este anteprojeto também adequará a Coordenação da Receita do Estado - CRE às exigências de sofisticação, funcionalidade e produtividade, vis-a-vis com a iniciativa privada, propõe-se a ajustar toda a legislação esparsa que trata da matéria.

Diante disso é que viemos a requerer uma maior agilidade nessa questão tão importante para o futuro do Paraná.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1686

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 662/2001 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Paraná).

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1697

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja reincluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 364/2001, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

Apoiamento:

Nelson Tureck, Edno Guimarães, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Garcia e 01 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 1674

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão

e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1640

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada e o arquivamento do Projeto de Lei nº 686/2001, item 27 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1625

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de congratulações ao Exmo. Prefeito Municipal, senhor Antonio Carlos Rampazzo, pela brilhante acolhida e recepção ao Exmo. Sr. Governador do Estado, senhor Jaime Lerner, no município de Terra Boa, no dia 07 do corrente.

Foi um importante acontecimento que movimentou toda a região noroeste, pelo repasse de recursos financeiros através de convênio entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1626

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de congratulações ao Exmo. Prefeito Municipal, senhor Luiz Antonio Krauss, pela brilhante acolhida e recepção ao Exmo. Sr. Governador do Estado, senhor Jaime Lerner, no município de Tuneiras do Oeste, no dia 07 do corrente.

Foi um importante acontecimento que movimentou toda a região noroeste, pelo repasse de recursos financeiros através de convênio entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1627

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de congratulações a Ilma. Diretora do Colégio Estadual de Cianorte, senhora Maria Suzana Marques Zamberlan, pela brilhante acolhida e recepção ao Exmo. Sr. Governador do Estado,

senhor Jaime Lerner, no município de Cianorte, no dia 07 do corrente.

Foi um importante acontecimento que movimentou toda a região noroeste, pelo repasse de recursos financeiros através de convênio entre a Fundepar e o Colégio Estadual de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1637

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações à Igreja Templo das Águias, pelo seu 2º ano de fundação, na pessoa do pastor Sérgio de Castro Oliveira, pastor presidente da instituição, e que para seu conhecimento seja remetida cópia desta proposição.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Igreja Templo das Águias, com especial empenho e dedicação, apesar do seu pouco tempo de existência, tendo como titular o pastor Sérgio de Castro Oliveira, está realizando um grande trabalho social em benefício da nossa comunidade, tanto com os carentes como os drogados, restaurando o homem à sua condição social, merecendo o nosso reconhecimento por essas realizações em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO Nº 1648

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao município da Lapa, alusivo às comemorações do 233º aniversário da cidade, que será no dia 13 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito senhor Paulo César Fiates Furiatti e ao presidente da Câmara de Vereadores, senhor Osvaldo Benedito Camargo, a ser encaminhado à Praça Mirazinha Braga, nº 87 - CEP 83750-000, Lapa-PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1649

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Sociedade Rural do Paraná, alusivo ao 56º aniversário daquela entidade a ser comemorado em 21 de junho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente, Francisco Luiz Prando Galli, através de corres-

pondência a ser encaminhada à Avenida Tiradentes nº 6275 - CEP 86072-360 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1651

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação e aplausos ao município da Lapa, em comemoração ao aniversário de 233 anos do município, a ser comemorado em 13 de junho de 2002.

Do aprovado, requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito municipal da Lapa, Paulo César Fiates Furiatti parabenizando-o também pela brilhante administração, e à Câmara Municipal da Lapa, em nome de seu presidente, vereador Osvaldo Benedito Camargo, no endereço: prefeitura municipal da Lapa, Rua Mirazinha Braga, nº 87 - CEP 83750-000, Lapa-PR.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Lapa se originou de um pequeno povoado fundado às margens da antiga Estrada da Mata, que era apenas um trecho do histórico "Caminho de Sorocaba", por onde circulavam tropas vindas do Rio Grande do Sul, com destino à feira de Sorocaba.

Apesar das inúmeras expedições exploradoras que antecederam ao ano de 1731, é a partir desta data que se estabeleceu o pouso de Capão Alto, primeira denominação do que é hoje a cidade da Lapa.

E é por este motivo que nesta data o deputado Augustinho Zucchi, congratula-se com a administração municipal, bem como, com toda a população lapeana, comemorando os 233 anos de aniversário desse importante município, que é um capítulo à parte na história do Paraná, dada a sua riqueza cultural e fatos vividos por seus habitantes.

REQUERIMENTO Nº 1657

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Matinhos, pela comemoração de seus 35 anos de fundação.

Sala de Sessões, em 18.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Matinhos está completando seus 35 anos de fundação. A instalação oficial do município deu-se na data de 19 de dezembro, de 1966, mas seu desmembramento do município de Guaratuba, deu-se na data de 12 de junho de 1967.

Localizada no litoral do nosso Estado, Matinhos, é uma das mais bonitas praias do Paraná, local de grande concentração populacional, especialmente a flutuante, pois o número de turistas que para lá vão nos meses de verão é muito grande.

Matinhos sofreu influência sócio-cultural dos povoadores de Paranaguá e posteriormente de Guaratuba, por se tratar de ponto intermediário entre os dois municípios. Com o tempo foi se firmando como povoado, tendo vida própria, e participando da vida política regional.

Até 1938 Matinhos estava diretamente ligada a Guaratuba, município a quem estava jurisdicionado, quando, por ato do interventor Manoel Ribas, Guaratuba perdeu sua autonomia política, passando a pertencer ao município de Paranaguá. Como Matinhos pertencia territorialmente a Guaratuba, passou na época à jurisdição de Paranaguá.

Quem visita Matinhos não a esquece - seu povo ordeiro, alegre e trabalhador, cativa de imediato quem lá chega. A cidade litorânea adquiriu infra-estrutura de cidade urbana não turística, pois muitos visitantes já tornaram-se moradores, conquistados pela sua beleza e seus filhos natos.

Pela comemoração de seus gloriosos 35 anos, receba o município de Matinhos, através de seu prefeito municipal (R. Albano Muller, nº 111 - 83260-000 - Matinhos/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1658

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de congratulações à Banda Marcial do CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, pela passagem de seus 29 anos de fundação, comemorado na data de hoje.

Requer ainda, que seja dada ciência aos maestros da Banda, no seguinte endereço: Rua 7 de setembro, 3165, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1664

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulação e aplausos ao município de Clevelândia, pela passagem no próximo dia 28 de junho/2002, de seus 110 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo Sr. Vanderlei Luiz Spinelli Valério, prefeito municipal, à vice-prefeita municipal Eneida Maria Bevilaqua Martins Losi, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legisla-

tivo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população clevelandense.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria da população clevelandense o transcurso dos 110 anos de emancipação político - administrativa de sua cidade, a nossa voz une-se à de todos os que confiam e esperam num futuro próspero e grandioso.

Desejamos prestar nossa homenagem a esse povo que, unido ao longo dos anos, transformaram Clevelândia num acervo de tradições que se renovam pela fibra de sua gente, herança que tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações.

Clevelândia, conservando as relíquias do seu passado, suas tradições e o espírito de luta de seus habitantes que continuam dando o melhor de seus esforços em prol do progresso cada vez maior do município e melhores condições de vida para todos, é merecedora de nossos efusivos cumprimentos na significativa data da comemoração de mais um aniversário.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, congratula-se com toda a população de Clevelândia, na certeza de que continuarão prestando importante contribuição para um futuro melhor.

REQUERIMENTO Nº 1668

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao jornal do Estado alusivo ao 19º aniversário de fundação, a ser comemorado em 17 de junho do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao diretor responsável Rodrigo Barrozo, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Dr. Roberto Barrozo nº 22 - CEP 80530-120 - Curitiba- PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1675-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Santa Izabel do Ivaí, pela passagem de seus 50 anos de emancipação política, no próximo dia 02 de julho de 2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Adão de Almeida Ramos, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Antonio Borges bem como a todos os vereadores para que, em nome do Poder

Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Santa Izabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 18.06.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população de Santa Izabel do Ivaí estará comemorando no próximo dia 02 de julho, seus 50 anos de emancipação política. Nessa data festiva todos merecem nosso respeito e admiração pelo muito que estão colaborando para o desenvolvimento do município. Portanto, nada mais confortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná que saudar com todo o nosso respeito e admiração o município aniversariante, pelo transcurso do meio século de existência politicamente organizada.

Notamos que toda a comunidade de Santa Izabel do Ivaí vem depositando inteira confiança em seus administradores e sempre prestando eficiente colaboração para que as mudanças estruturais, de ordem política, econômica e social aconteçam.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, orgulha-se em cumprimentar com fervor essa gente honesta e trabalhadora de Santa Izabel do Ivaí.

REQUERIMENTO Nº 1678

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao jornal Tribuna de São José, de São José dos Pinhais, alusivos aos 45 anos de fundação, completados neste dia.

Requer ainda, que se dê ciência ao senhor Elon Fay Natal Bonin, diretor do jornal, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Joaquim Nabuco, 2151 - CEP 83.005-160 São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 18.06.2002

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

O jornal "Tribuna de São José" tem desde sua fundação se firmado como um jornal sério, comprometido com as questões mais importantes da região metropolitana, lutando a cada dia pelo jornalismo de credibilidade, com uma diversidade de temas e noticiário abrangente e interessante aos seus fiéis leitores.

REQUERIMENTO Nº 1679

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Farol, pelas comemorações alusivas aos 09 anos de emancipação político-administrativa do município, ocorrido em 12 de junho do corrente ano.

Requer ainda, que da aprovação deste, dê-se ciência à Prefeitura Municipal de Farol, na pessoa do prefeito

Edson Martins, na Rua Bahia, s/n, e à Câmara Municipal de Vereadores, na pessoa do seu presidente, Aguinaldo Messias (Av. Paraná, 810 - CEP 87325-000- Farol-PR).

Sala das Sessões, em 18.07.2002

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1694

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal do Estado, pela comemoração de seus 19 anos.

Sala das Sessões, em 18.06.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal do Estado comemorou seus 19 anos de fundação.

Fundado em 1983, pelo jornalista Roberto Barrozo Filho, o Jornal do Estado, circulou pela primeira vez em 17 de junho daquele ano.

Iniciando seus trabalhos com apenas 50 funcionários, o jornal diário tinha 16 páginas. Atualmente o Jornal do Estado conta com 100 funcionários e chega ao leitor com 30 páginas, em média.

Inicialmente em preto e branco. Em 1996 foi importada uma nova máquina rotativa, o que possibilitou a impressão de páginas coloridas e a primeira edição em cores foi lançada em 11 de abril de 1996.

O Jornal do Estado tornou-se um símbolo dos paranaenses. Estamos acostumados a tê-lo em nosso meio, pois é referência em comunicação e informação, tendo se transformado em órgão de representatividade de luta pelas conquistas de todos e de cada um dos paranaenses, que nele tem um verdadeiro instrumento de conquistas sociais, seja através das muitas campanhas que divulga, seja através das muitas publicações importantes, sempre com a mesma filosofia de trabalho: a verdade, doa a quem doer, ou a divulgação dos mais importantes temas na nossa atualidade ou ainda através do resgate da história do nosso Paraná.

Com uma equipe altamente capacitada, traz diariamente estampado em suas páginas o resultado do trabalho atento e constante dos que o fazem. De leitura fácil, com diagramação que permite a eficiência de seu manuseio, o Jornal do Estado está em todos os lugares onde vamos, nas mãos de todas as faixas sociais - é comum ver o "jornal azul" passando de mão em mão nos locais de trabalho, em baixo do braço do trabalhador que vai no Ligeirinho, disputado nos cafezinhos da nossa Capital, nas mãos de quem tem seu sapato engraxado na Rua XV, em cima da mesa dos grandes empresários, já amarrado no final do dia, nos meios políticos, enfim, é nosso companheiro inseparável; é nossa referência, já que sua opinião de respeitável veículo de comunicação é das mais precisas e respeitadas em todos os lugares.

É defensor implacável do nosso povo, da nossa terra, do nosso meio ambiente. Esteve presente em todos

os acontecimentos, dando-lhes cobertura, e sua equipe alvo dos mais elevados elogios, foi responsável por reportagens que demonstram a real dimensão dos problemas ecológicos, ambientais, sociais, dentre tantos que enfrentou e enfrenta o nosso Paraná.

Ao Jornal do Estado, através de seu diretor Rodrigo Barrozo, (R. Dr. Roberto Barrozo, 22 - Centro Cívico - 80530-120 - Curitiba-PR), pela comemoração dos seus 19 anos, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1695

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Conselho Comunitário de Segurança Pública de Pinhais, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário de Segurança Pública de Pinhais deu posse em sua nova diretoria, que assim ficou constituída:

CONSELHO DIRETOR:

- Presidente: Sérgio Skiba
- Vice-presidente: César Augusto Vasques

Kulpa

- Secretário: Bráulio Antonio de Melo Corrêa
- 2ª secretário: Reneudo de Albuquerque
- Tesoureiro: Emílio Bilek
- 2º Tesoureiro: Luís Carlos de Souza Costa

DIRETORES E COMISSÕES:

- Diretoria de Integração: César Renato Vasques

Kulpa e Rui Vieira Dib

- Diretoria de Arrecadação: Lydio Pereira e Osmar

Mendes

- Diretoria Comunitária: Avair Medeiros e Otávio

L. Santos

- Diretoria Jurídica: José Inácio Costa da Silva e

Marcos Toledo

- Diretoria de Expansão: Jesuel Laureano e Rogério Martini

- Diretoria de Urbanismo: Leonardo Zen e Alberto

Daru

- Consultoria e Comunicação junto a Órgãos Públicos: Moacir Favetti

- Comissão de Apoio ao Conselho: Agostinho Makievier, Edson Miguel Ferreira Franco, Gilmar Voitech, Jandir Antônio Nogueira, João Batista Réus Macagnon, Leo Freud.

A toda a nova diretoria do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Pinhais, através de seu presidente - Sr. Sérgio Skiba (Rua Uniflor, 1012 - Vila Pernetá - 83324-070 - Pinhais-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1653

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUEREM envio de moção de apoio aos apresentadores Carlos Massa (Ratinho), Olga Bongiovanni e ao prefeito municipal de Cascavel Edgar Bueno, contra notícia vinculada em órgãos de comunicação daquela localidade, que distorcem fatos relacionados à participação dos apresentadores na inauguração do Projeto Minha Casa, de iniciativa da administração municipal.

É fato notório que os apresentadores citados nas notícias têm grande prestígio junto aos meios de comunicação do país, mas não podemos esquecer, que Ratinho e Olga mantêm fortes relacionamentos com a cidade de Cascavel e com todo o Estado do Paraná, sendo plenamente compreensível suas participações a evento tão importante quanto a entrega de moradias do programa "Minha Casa" de ampla abrangência social.

Colocar em questão de forma depreciativa o trabalho executado por uma administração que busca a seriedade, a transparência, a ética na atividade pública é no mínimo trabalhar contra os objetivos maiores da comunidade cascavelense.

Nestes termos pedem deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, JOSÉ MARIA FERREIRA, WALDYR PUGLIESI, MARCOS ISFER, ANTONIO ANIBELLI, ORLANDO PESUTI, HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO, ELI GHELLERE, CEZAR SILVESTRI, RICARDO MAIA, RENATO GAÚCHO, LUIZ CARLOS ZUK, CHICO NOROESTE, ALGACI TULIO e PASTOR EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO Nº 1667

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de moção de apelo ao Sr. Jorge Kalache Filho, superintendente da Caixa Econômica Federal no Paraná, solicitando a contratação de vigilantes nas casas lotéricas conveniadas com a Caixa Econômica.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Sr. Jorge Kalache Filho no seguinte endereço: Rua José Loureiro, nº 195 - 6º andar, Centro - CEP.: 80010-000 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A presente moção de apelo se justifica tendo em vista o grande número de assaltos ocorridos nos últimos tempos.

Como cerca de 90% das casas lotéricas trabalham para a Caixa Econômica Federal nada mais justo que esta

providencie a contratação de vigilantes devidamente regularizados para oferecer maior segurança aos usuários e funcionários das casas lotéricas, haja vista que, atualmente, as mesmas não possuem um sistema de segurança adequado, colocando em risco a vida de quem utiliza os serviços oferecidos por elas.

Desde que foi firmado um convênio entre as casas lotéricas com a Caixa Econômica Federal, tornando-se um posto avançado dessa instituição financeira, aumentou o fluxo de pessoas e também o aporte de dinheiro nessas, tornando-as alvo para marginais que procuram nos estabelecimentos desprovidos de segurança, um meio para alcançarem seus intentos.

Dessa forma, há necessidade de se coibir a ação de pessoas que pretendem praticar esse tipo de delito nas casas lotéricas, garantindo segurança tanto de vidas, quanto de valores.

REQUERIMENTO Nº 1663

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso das prerrogativas legais e regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja emitido ofício por esta Assembléia Legislativa ao senhor ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, a fim de que sejam autorizados os prefeitos municipais a utilizarem as verbas do Fundef na assistência da saúde dos alunos das respectivas escolas, especialmente aos estudantes carentes de exames de vista, compra de medicamentos, óculos, cadeiras de roda e demais carências na área da saúde.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Os fundamentos do presente requerimento se justificam.

As demandas sociais são grandes, especialmente nesta hora de grandes dificuldades econômicas que se refletem na população carente.

Os alunos das escolas devem ser assistidos na área da saúde.

Não basta somente a escola, mas condição de saúde para freqüentar as aulas.

É justa a presente proposição.

REQUERIMENTO Nº 1673

Senhor Presidente:

Respeitadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao ministro do Estado da Saúde, Barjas Negri, bem como ao secretário de Saúde do Estado do Paraná, Luiz Carlos Sobania, solicitando dos mesmos a criação de programas destinados à redução do número de mortes de mulheres ocorridas durante a gestação, no parto ou até um ano após o término da gravidez.

Os índices dessas mortes são muito altos no Brasil. É preciso encontrar os meios necessários para atuar com

competência nessa área, a fim de evitar o grande número de mortes desnecessárias.

O mais triste é que a maioria das mortes de mulheres durante a gestação, parto ou até um ano após o término da gravidez, poderiam ser evitadas, porque concentram-se nas populações menos favorecidas.

No mundo, hoje morrem 515 mil mulheres por complicações de gravidez, aborto e parto, sendo que 99% dos óbitos ocorrem em países em desenvolvimento. Essas mortes são causadas por doenças próprias da gravidez, como pressão alta desencadeada pela gestação, hemorragias, abortos em condições precárias e infecções, todas evitáveis com assistência médica adequada.

Nos países desenvolvidos o coeficiente de morte materna situa-se abaixo de dez mortes por 100 mil nascimentos. No Brasil, segundo a Organização Mundial da Saúde, a cifra chega a 110 mortes por 100 mil nascimentos. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a taxa é de 150 mortes, o que situa o Brasil na 74ª posição no mundo.

Os informes oficiais brasileiros reduzem o número para 50 mortes, mas para cada morte declarada, estima-se que haja uma não notificada.

No Brasil, 32% das mulheres da zona rural não têm acompanhamento médico durante a gravidez, número que cai para 8% na zona urbana. O aborto clandestino e o abuso de cesarianas são outros graves problemas registrados no Brasil.

As mortes decorrentes de problemas com a gestação correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 20 a 49 anos no Brasil, segundo o Ministério da Saúde. Há 17 anos a taxa nacional está em um patamar 10 a 20 vezes superior aos dos países do primeiro mundo. Nestes, o índice está abaixo e 10 mortes para cada 100 mil nascimentos, chegando a 5 mortes em Portugal e na Inglaterra. No Canadá é de 3,6 mortes/100 mil nascimentos.

A saúde pública deve ter programas e campanhas destinados a reduzir os terríveis índices, propiciando melhor qualidade de vida para as mulheres.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1624

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, senhor José Carlos Araújo Vieira, solicitando a revisão de valores dos títulos emitidos em 17 de maio de 1994, de área da Fazenda São João a ser regulamentada, no município de São José das Palmeiras / PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito de São José das Palmeiras, José Neri das Chagas,

através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal, em São José das Palmeiras / PR.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade atender solicitação da Prefeitura de São José das Palmeiras, que recebeu abaixo-assinado da Fazenda São João, que fica no referido município. O pedido se refere à possibilidade de revisão de valores dos títulos emitidos em 17 de maio de 1994, por considerarem que os valores praticados estão acima da viabilidade econômica da localização da área a ser regulamentada. Esperam que o Incra reveja e apresente valores compatíveis com a realidade. Solicitam que, desse modo, a emissão do título de pagamento com 17 anos de prazo e 3 anos de carência com valor máximo de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) por hectare.

REQUERIMENTO Nº 1643

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao senhor Constantino Júnior, presidente da empresa de aviação Gol Linhas Aéreas, solicitando estudos com o fim de abrir uma linha aérea Cascavel/Curitiba/ São Paulo.

Outrossim, requer comunicação do feito ao senhor Constantino Júnior, na Rua Dom Jaime de Barros Câmara, 300 - CEP 09805-400 - São Bernardo do Campo/SP.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoio:

Luciana Rafagnin

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Cascavel polariza regionalmente o interesse de empresários da área de indústria e da área educacional, entre outros.

O valor das passagens terrestres tem sido constantemente majorado, ficando competitiva às passagens aéreas. A instalação de vôos no trecho Cascavel/Curitiba/ São Paulo trará novos usuários, diminuindo custos em escala e viabilizando novas linhas.

Ademais, facilitará a vida de empresários e profissionais liberais de outros lugares em relação às suas atividades econômicas na Região Oeste do Paraná, além de dinamizar muito o turismo, pois será mais um meio de se chegar às majestosas cidades de Cascavel e Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 1688

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, seja solicitada a S. Exa. o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus

Soares, a realização, em caráter de urgência urgentíssima, da restauração completa das estradas abaixo especificadas:

- de Santo Inácio a Santa Inês;

- de Santa Inês a Itaguajé.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O estado atual das estradas acima é o retrato do caos em que se encontram muitas estradas desta região do Estado do Paraná.

Tal situação provoca a revolta e a desilusão nos paranaenses que ali moram, trabalham e produzem.

As referidas estradas estão totalmente esburacadas. Em alguns trechos não existe mais o pavimento; em outros, já existem valetas provocadas pelas águas das chuvas, as laterais da pista estão em processo de erosão, as canaletas que existem estão obstruídas pela terra depositada e o mato tomando conta de tudo, inclusive da pista, escondendo as placas de sinalização.

É o verdadeiro caos nas estradas do Paraná!

Justifica-se, portanto, uma intervenção urgentíssima na Secretaria dos Transportes para a recuperação de tais estradas.

REQUERIMENTO Nº 1689

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que após ouvido o Plenário da Casa, seja solicitada a S. Exa. o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, a realização, em caráter de urgência, dos serviços de limpeza das canaletas e corte da vegetação da estrada que liga Centenário do Sul a Santo Inácio.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A estrada acima especificada é, no momento, uma das melhores estradas da região - pavimento novo e sem buracos. Ocorre, no entanto, que a vegetação lateral está invadindo a pista e, juntamente com a sujeira, obstruindo as canaletas.

É, portanto, necessária a execução de tais serviços para a preservação da estrada.

REQUERIMENTO Nº 1690

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que após ouvido o Plenário da Casa, seja solicitada a S. Exa. o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, a realização, em caráter de urgência, dos serviços de limpeza das canaletas, corte do mato e combate à

erosão nas laterais da pista, na estrada que liga Colorado a Itaguajé.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Esta estrada, que ficou muito tempo sem conservação, foi recentemente restaurada em parte de sua extensão.

Torna-se, portanto, urgente a realização dos serviços especificados sob pena de se perder o que foi feito há pouco.

REQUERIMENTO Nº 1691

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que após ouvido o Plenário da Casa, seja solicitada a S. Exa. o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, a realização, em caráter de urgência, dos serviços de conservação (restauração do pavimento, limpeza das canaletas e corte da vegetação lateral) nas estradas estaduais abaixo especificadas:

- de Primeiro de Maio a Alvorada do Sul;
- de Alvorada do Sul a Porecatu;
- de Porecatu a Centenário do Sul.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Em todos os trechos acima há defeitos e buracos na pista, as canaletas estão obstruídas por sujeira e mato, e ainda, a vegetação lateral está invadindo a pista.

Essas condições tornam tais estradas mais perigosas e sujeitas à deterioração mais rápida.

REQUERIMENTO Nº 1692

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que após ouvido o Plenário da Casa, seja solicitada a S. Exa. o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, a realização, em caráter de urgência, de defensas metálicas ou barreiras de concreto nos pontos da PR-151, entre Ponta Grossa e Piraí do Sul, onde o desnível entre as pistas ou entre a pista e o terreno natural seja muito alto.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

É dever do Estado oferecer segurança aos usuários de suas rodovias.

As obras de duplicação da PR-151, no trecho entre Ponta Grossa e Piraí do Sul, estão incompletas pela falta de defensas metálicas ou barreiras de concreto em diversos pontos de sua extensão e, em razão disso, têm ocorrido acidentes.

Faz-se mister, portanto, que defensas metálicas e/ou barreiras de concreto sejam colocadas com a maior urgência possível.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 440/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica prorrogado por mais 01 (um) ano os efeitos da Lei nº 13.213 que dispõe que o Poder Executivo compensará débitos fiscais inscritos em Dívida Ativa até a data da sanção desta lei, com precatórios de natureza alimentícia, contra a Fazenda Pública Estadual e suas autarquias, pendentes de pagamento, até 30 de junho de 2001.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) NELSON GARCIA

PROJETO DE LEI Nº 441/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “Missão de Resgate, Restauração e Vida ao Menor”, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Missão de Resgate, Restauração e Vida ao Menor é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado; criada para fins instrutivos e caritativos; a Missão vem realizando um excelente trabalho em favor dos viciados em drogas e álcool.

O projeto visa retirar jovens e adolescentes das ruas e das drogas, que hoje, sem nenhuma perspectiva de vida, possam ter moradia onde lhes sejam dadas condições para se sentirem num lar, onde haja alimentação, educação, vestuário, atendimento médico, possibilitando que, recuperados, se reintegrem perfeitamente à nossa sociedade.

A entidade que objetiva oferecer uma melhor qualidade de vida e maior justiça social aos seus assistidos, é merecedora de ser reconhecida, como de Utilidade Pública estadual, razão pela qual, solicitamos aos nobres deputados o devido apoio e conseqüente aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 442/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Museu Histórico do Sudoeste do Paraná, com sede na cidade de Francisco Beltrão.

Art. 2º - A composição do acervo do Museu Histórico do Sudoeste do Paraná ficará sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura, assim como as dotações orçamentárias para a execução da presente lei advirão daquela secretaria.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O artigo 23 da Constituição Federal cita ser da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. Igual mandamento existe na Constituição Estadual, em seu artigo 12. E no artigo 24 da Magna Carta, encontramos a designação de competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal na questão da proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico.

Tendo o Estado este dever constitucional, é nele que acalentamos a nossa proposta da criação do Museu Histórico da Região Sudoeste do Paraná. Esta região é pródiga nos avanços históricos ocorridos no Paraná, sua história é rica de fatos e atos de grandes feitos paranaenses.

Não se pode permitir e nem se conceber que a história desta região seja esquecida ou mesmo passe desconhecida dos cidadãos paranaenses. Nosso povo precisa conhecer sua história. E não há melhor meio do que estocá-la em um Museu. Nele ficará resguardada a memória da histórica região, tendo aí, um salvo conduto da natural, mas impiedosa passagem do tempo.

Assim, pelo acima exposto, esperamos poder contar com o apoio de nossos pares, nesta Casa de Leis, para a aprovação de nossa proposição.

PROJETO DE LEI Nº 443/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado no âmbito das polícias civil e militar do Estado do Paraná, o Programa de Avaliação Toxicológica - PAT, tendo por objetivo o combate ao uso de substâncias que causam dependência física ou psíquica em servidores cuja função seja operacional.

Art. 2º - Para a admissão no quadro de funcionários do Departamento da Polícia Civil e da Polícia Militar, em funções operacionais, o candidato deverá apresentar exame toxicológico a ser realizado em laboratório indicado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

§ 1º - O resultado positivo do exame, que será entregue com os demais exames médicos exigidos, desclassifica o candidato à vaga.

§ 2º - No edital do concurso público deverá constar como requisito à admissão, a apresentação de exame toxicológico com resultado negativo.

Art. 3º - Mensalmente será realizado exame toxicológico em, no mínimo, 10% (dez por cento) do efetivo das Polícias Civil e Militar.

§ 1º - Para garantir o sigilo dos exames, o cadastro será organizado utilizando-se senhas alfanuméricas e código de barras, ou sistema similar.

§ 2º - Os exames com resultado positivo deverão ser confirmado por no mínimo duas metodologias diferentes.

§ 3º - É obrigatório o exame do servidor que no exercício da função se envolver em acidentes de trânsito, brigas ou tiver dificuldades sérias de relacionamento no ambiente de trabalho ou familiar.

Art. 4º - A seleção dos servidores para exame será efetuada em datas móveis e estabelecidas pelo Corregedor-geral da Polícia Civil e Comandante da Polícia Militar, aleatoriamente, por sistema de sorteio eletrônico e através do número da cédula de identidade do policial.

§ 1º - A escolha do policial em um sorteio não o exclui de outros, podendo ser por reiteradas vezes selecionado.

Art. 5º - Fica o governo do Estado, através da Secretaria Estadual competente, autorizado a celebrar convênio com laboratórios de análise clínicas ou hospitais para o cumprimento da presente lei.

§ 1º - Não havendo instituição clínica conveniada na cidade onde encontra-se lotado o policial, as despesas de sua locomoção para a realização do exame serão custeadas pelo órgão a que pertencer.

Art. 6º - O policial portador de doença toxicológica será designado a prestar serviços administrativos e submetido a tratamento médico especializado definido pelo Conselho de Gestão do Programa.

Art. 7º - Fica criado o Conselho de Gestão do Programa de Avaliação Toxicológica, tendo por atribuições, entre outras, analisar a condição de saúde do servidor e estabelecer o tratamento adequado, proporcionando apoio necessário à sua recuperação, composto por 05 (cinco) membros, assim formado:

I - No âmbito da Polícia Civil:

- a) corregedor-Geral, que o presidirá;
- b) um médico toxicologista;
- c) um psicólogo ou psiquiatra;
- d) um assistente social;
- e) um representante do sindicato da categoria do servidor.

II - No âmbito da Polícia Militar:

- a) comandante-Geral, que o presidirá;
- b) um médico toxicologista;
- c) um psicólogo ou psiquiatra;
- d) um assistente social;
- e) um representante do sindicato da categoria do servidor.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste projeto de lei é o combate ao uso de substâncias que causam dependência física ou psíquica como drogas psicotrópicas, no servidor que atua em áreas operacionais, ou seja, policiais civis e militares, que pela natureza de suas funções trabalham diariamente em ações envolvendo contato com traficantes ou usuários, podendo influenciá-lo ao seu uso, e também pelo não menos grave e danoso alcoolismo.

Sabemos que o vício é uma doença incontrolável e que prejudica significativamente não só o portador desse mal, mas também a sua família, colocando sua vida em risco, bem como dos profissionais que trabalham ao seu lado e de terceiros. E muitos, mesmo querendo se livrar dessa enfermidade têm receio, de ao procurar um tratamento, se expor e perder o respeito dos seus colegas de trabalho e principalmente o emprego, causando danos a si próprio e à sua família.

Pela nossa proposição, o dependente químico se candidatando a uma vaga de policial será desclassificado já na etapa correspondente ao exame médico, se esse apresentar resultado toxicológico positivo.

A intenção, a princípio, é a realização de exames em pelo menos 10% (dez por cento) dos servidores, aleatoriamente, através de sorteio eletrônico mensal, tanto na polícia civil como na militar, podendo o mesmo funcionário ser selecionado por diversas vezes. Dessa forma, o servidor certamente será forçado a evitar o contato com esse agentes químicos ou psicotrópicos nocivos.

Também estarão obrigados a fazer o exame, além dos selecionados, aqueles que, em missão oficial se envolvam em acidentes de trânsito, que tenham dificuldades no relacionamento com seus colegas de trabalho ou ainda no âmbito familiar.

O laboratório responsável pela realização do exame não terá conhecimento do nome do servidor, de vez que serão utilizadas senhas alfa numéricas e códigos de barras, ou outro sistema que garanta sigilo absoluto,

devendo ser efetuado por no mínimo duas metodologias se o resultado do primeiro for positivo.

O policial cujo resultado do exame for positivo, será afastado dos serviços operacionais, devendo ser designado a exercer funções administrativas.

Constatada a doença pelo resultado positivo do exame, este será encaminhado ao Conselho Gestor, formado pelo Corregedor, quando se tratar de policial civil, e ao Comandante-geral em casa de policial militar, e outros quatro membros, sendo um médico toxicologista, um psicólogo ou psiquiatra, um assistente social e um representante da categoria do profissional, cujo Conselho estabelecerá o tratamento médico a ser seguido e, se necessário, proporcionando o apoio adequado ao policial e à sua família, até completa recuperação.

Para garantir o êxito do programa, e para facilitar o acesso rápido à realização do exame, a nossa proposição também prevê a celebração de convênio com laboratórios de outras cidades, além da Capital, e até a obrigação em proporcionar condições de transporte ao servidor até o local do exame, se não for possível realizá-lo no município onde estiver lotado.

Esperamos que esta proposição receba o apoio dos nobres pares desta Casa, na certeza de que tanto o policial como o Estado e a sociedade paranaense serão beneficiadas com o programa.

PROJETO DE LEI Nº 444/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Serviço Imediato Volante de Atendimento a Acidentes de Trânsito, denominado simplesmente de 'Sivat', com atribuições nas Circunscrições das Comarcas que compõem a grande Curitiba, sob supervisão e orientação de um juiz de Direito dos Juizados Especiais Cíveis, ou do juiz Coordenador dos Juizados Especiais do Estado do Paraná.

§ 1º - O Sivat funcionará em veículo apropriado, adaptado para a prestação de serviços cartorários e realização de audiência conciliatória, deslocando-se no perímetro da sua circunscrição.

§ 2º - O serviço utilizará estrutura própria, com equipes compostas de:

- I - 01 (um) motorista;
- II - 01 (um) escrevente;
- III - 01 (um) conciliador;
- IV - 01 (um) oficial de justiça;
- V - 01 (um) policial militar.

Art. 2º - O veículo destinado ao Sivat disporá dos seguintes equipamentos:

- a) 01 (um) bafômetro;
- b) 01 (um) telefone celular para recebimento de chamados;

c) 01 (uma) máquina fotográfica de revelação instantânea.

Art. 3º - O serviço desenvolver-se-á nos dias úteis, em turnos ininterruptos das 07h00 às 00h00, e terá sala de apoio, com telefone fixo na sede do Sivat.

Art. 4º - Recebendo o chamado, a equipe componente do Sivat deslocar-se-á até o lugar do acidente, realizando de imediato o levantamento do que se fizer necessário para a elucidação e solução do ocorrido, no âmbito civil.

§ 1º - O levantamento a que se refere o *caput* deste artigo será elaborado com laudo ilustrativo de fotografias do acidente e descreverá os dados úteis ao esclarecimento da ocorrência, e poderá ser confeccionado pelo oficial de justiça ou outro servidor integrante da equipe do Sivat.

§ 2º - O levantamento poderá ser dispensado na hipótese de conciliação.

Art. 5º - A conciliação será reduzida a termo no interior do próprio veículo do Sivat e homologada pelo juiz togado do Juizado Especial Cível da jurisdição onde se deu o acidente.

Art. 6º - Não havendo conciliação, elaborar-se-á o pedido inicial de conformidade com os relatos das partes, figurando como autor da ação aquele que primeiro acionou o Sivat, para efeito de mera formalidade processual.

§ 1º - Poderá haver pedido contraposto quando do oferecimento da defesa do requerido em juízo, nos termos do parágrafo único, do artigo 17, da Lei Federal nº 9.099/95.

§ 2º - Conciliando ou não as partes, o processo será formalizado no interior da viatura, o qual terá registro próprio e numeração específica, acompanhada da sigla identificativa Sivat.

§ 3º - O Sivat encaminhará de logo à Distribuição da Unidade Judiciária competente, o qual será cadastrado e remetido ao juiz togado do Juizado Especial Cível respectivo.

Art. 7º - Não havendo conciliação, designar-se-á dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, ficando cientes, desde logo, as partes e testemunhas eventualmente presentes.

Art. 8º - Os Juizados Especiais Cíveis beneficiados com o serviço informarão ao Sivat os dias e os turnos disponíveis, para designação de audiência de instrução e julgamento, quando for o caso.

Art. 9º - Existindo indícios da prática de delito de trânsito (art. 302 a 312, Lei Federal nº 9.503/97), o serviço não será prestado e a polícia será acionada para as

providências penais cabíveis, ficando registrado o chamado em livro próprio.

Art. 10 - Não se aplica aos casos atendidos pelo Sivat o valor de alçada disposto no inciso I, art. 3º da Lei Federal nº 9.099/95.

Art. 11 - O Sivat não atuará nos seguintes casos:

- a) que envolvam veículos de propriedade de pessoa jurídica de direito público ou privado;
- b) que envolvam veículos conduzidos por motoristas não habilitados;
- c) acidentes ocorridos em rodovias federais.

Art. 12 - Quando a jurisdição do acidente pertencer à Comarca da Capital, os autos formalizados na viatura serão previamente distribuídos pelo próprio Serviço, para efeito de remessa posterior a um dos Juizados Especiais Cíveis, ficando de logo as partes cientes da correspondente distribuição.

Art. 13 - O Serviço Imediato Volante de Atendimento a Acidentes de Trânsito, após sessenta dias de sua instalação, funcionará também aos sábados, domingos e feriados.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.2002
(a) FERNANDO GUIMARÃES

PROJETO DE LEI Nº 445/2002
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Acrescenta a seguinte alínea ao inciso III do artigo 14 da Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996:

“e) areia destinada à construção civil”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.2002
(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Duílio Genari, Nelson Tureck, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Ricardo Maia, Fernando Guimarães e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa nivelar a carga tributária da areia destinada à construção civil com aquele de alguns outros Estados e incentivar a construção civil no Estado facilitando, em decorrência, a aquisição da casa própria.

Pelas razões retro-apontadas conto com o apoio dos meus pares nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 446/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alessandra Bastida Mancin - Educação Infantil Ensino Fundamental, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê.

Art. 2º - esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alessandra Bastida Mancin - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê, que realiza maravilhoso trabalho, junto á comunidade, para proporcionar melhores condições de estudo aos alunos da instituição.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 447/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil Ensino Fundamental, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê, que realiza maravilhoso trabalho, junto à comunidade, para proporcionar melhores condições de estudo aos alunos da instituição.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 448/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel obrigada a efetuar a extensão da rede de

energia elétrica em ruas devidamente oficializadas pelos municípios, sem ônus para os usuários solicitantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

É grande o número de residências no Paraná que não possui luz elétrica. O crescimento urbano é grande em todo o Estado e muitos loteamentos são abertos em ruas já oficializadas pelos municípios - novos bairros se formam e a população necessita de infra-estrutura para sobreviver.

Para receber o benefício da energia elétrica, os moradores efetuam solicitação à Copel que faz um orçamento de material e mão-de-obra, com validade de 90 (noventa) dias. O elevado preço faz com que muitas vezes o usuário desista da extensão da rede. Um recente orçamento para extensão de um poste de luz foi orçado pela Copel em R\$1.213,21 (hum mil, duzentos e trinta e um reais e vinte e um centavos).

Não é possível que a população (geralmente a mais carente) que conquista com dificuldade um pedaço de chão onde possa construir sua residência, tenha que arcar com o ônus da extensão da rede de energia elétrica, que sempre foi uma obrigação do Estado.

Além disso, um morador de final de rua acaba arcando com o preço de toda a extensão da rede de energia elétrica da quadra se for o primeiro a se instalar ali, ou seja, quem chegar após ter sido feita a instalação (e paga pelo primeiro solicitante) não arca com essas despesas, já que a rede já está estendida. Isso, além de ser injusto para quem está pagando, gera uma desigualdade social.

A falta de rede de energia elétrica atrasa o desenvolvimento das regiões e diminui em muito a "qualidade de vida da população" - este termo tão empregado pelos governantes em seus planos de governo.

Visando corrigir esta desastrosa realidade, apresentamos o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 449/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Grupo de Assistência ao Paciente com Câncer Cíntia Cristina de Oliveira Souza, Gapacan, na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Assistência ao Paciente com Câncer Cíntia Cristina de Oliveira Souza, Gapacan, com sede e

foro na cidade de Londrina, Paraná, é uma entidade filantrópica de natureza civil, sem finalidade lucrativa, política e aberta a todas as pessoas residentes em sua área geográfica.

É uma entidade que tem como objetivo desenvolver o trabalho de natureza assistencial, cultural e social, angariar recursos financeiros através de doações e comercialização de mercadorias diversas, sendo que o resultado destas é destinado total e exclusivamente para ajudar e amparar pessoas portadoras de câncer.

Sem dúvida o Grupo de Assistência ao Paciente com Câncer Cíntia Cristina de Oliveira Souza, merece a aprovação da Lei de Utilidade Pública Estadual, pois defende os interesses das pessoas portadoras de câncer do município de Londrina.

PROJETO DE LEI Nº 450/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado do Paraná a criar a Secretaria de Estado da Mulher.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Mulher terá por finalidade os seguintes atendimentos:

§ 1º - Atendimento Jurídico;

§ 2º - Atendimento Psicológico;

§ 3º - Atendimento Social;

§ 4º - Promoção e Defesa do Direito da Mulher, na incorporação e projeção das políticas públicas estaduais;

§ 5º - Prevenção e orientação educacional física e psicológica no sentido de violência sexual;

§ 6º - Apoio direto de exames de paternidade em diferentes Regiões do Estado, referendando o direito à pensão alimentícia.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.2002.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Tendo por finalidade o reconhecimento que a mulher deve ter a mesma igualdade de oportunidade que o homem, concerne com o poder de mercado e visto que a democracia tecnicamente esquece das diferenças físicas e da discriminação, infelizmente ainda existente, por falta de orientação, apoio e muitas vezes por pressão da sociedade.

À criação desta secretaria, faz-se necessária tendo em vista o número de casos ainda existentes de mulheres vítimas de violência, adolescentes, com gestação precoce, que não têm apoio na sua orientação básica; quanto à dificuldade no aspecto saúde da mulher, profissionalização e atenção à mulher da 3ª idade, com ordenamento e programas para projetos que sejam desenvolvidos sobre o

avanço do número de mulheres que hoje conduzem e fazem papel de comandantes do lar, não apenas dando orientação aos filhos, mas trazendo o sustento a toda família.

Todas estas medidas têm o caráter preventivo para que em breve tenhamos a redução de casos de maternidade precoce, que com certeza estas afetam a família no todo trazendo uma responsabilidade acentuada apenas à mulher.

Temos a certeza que com orientação, apoio de entidades também religiosas, Rotarys, Lions, sistemas cooperativos integralizados na preocupação mútua da sociedade, faremos desta secretaria um passo forte para que todos sejam realmente iguais perante a lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do expediente.

Conforme requerimento aprovado na Casa no dia de ontem, do deputado Algaci Tulio, solicitando que fosse concedido aos Sindicatos, representantes de entidades, a oportunidade de se manifestarem em plenário sobre o projeto de lei encaminhado pelo Executivo Estadual, do Plano de Cargos e Salários, pela ordem, concedo a palavra à Sra. Norma Ferrari, representante dos aposentados e pensionistas do Conselho de Administração do ParanaPrevidência.

A SRA. NORMA FERRAZI

Senhor presidente, senhores deputados, companheiros aqui presentes.

Não poderia deixar de vir me pronunciar nesta Casa sobre o projeto do Plano de Cargos e Salários do Quadro Geral, em nome dos aposentados.

O nosso sindicato pertence ao Sindceap juntamente com outros sindicatos que estão elaborando propostas que vão ser apresentadas aqui nesta Casa, para melhoria dessa proposta que veio do Governo.

O Plano de Cargos e Salários era uma expectativa e foi uma luta de muitos anos do Quadro Geral. Só para mostrar, dar uma idéia da questão de remuneração no Executivo do Governo do Estado, existem vários quadros, e o mais prejudicado, sem dúvida alguma, é o Quadro Geral do Estado. Este é o quadro que esteve durante toda a administração Jaime Lerner, sem nenhuma conquista, exceto aquela gratificação de 80% concedida em 97 para o pessoal de nível superior. Ele é o mais sacrificado junto ao magistério.

Na questão do aposentado, o que é que propõe o Governo? Propõe um quadro que prevê avanço de carreira, prevê promoção, prevê progressão na carreira. Mas o que ele faz? Trata de forma diferenciada! Primeiro, em relação ao pessoal em atividade, porque ele faz um enquadramento no momento da aprovação da lei e prevê um benefício imediato para o pessoal de nível superior, tão logo seja aprovada a lei, e joga para 12 e 18 meses a proposta de progressão e promoção para os demais grupos!

Acho que todos entendem que o Quadro Geral é composto de três grupos - vamos assim dizer, que seria o pessoal chamado de apoio, o pessoal de nível médio, técnico médio e o pessoal de nível superior que está entendido como profissional.

Então, temos a grande maioria de servidores - de 46 mil que compõem o Quadro Geral do Estado, a grande maioria, porque apenas 7 mil e pouco são ocupantes de cargo de nível superior, e entre estes encontram-se os já aposentados. A proposta de enquadramento não possibilita um ganho salarial. Ela está distribuída nos níveis, alguns têm um pouco mais, mas até o próprio secretário ontem colocou isso, que na média seria 2% a recomposição. Óbvio que sabemos que o objetivo não é uma recomposição de perdas, mas quando se está há 7 anos com um salário igual, impossível não pensar numa melhoria.

Com eu vim aqui falar da questão do aposentado, eu quero a atenção dos deputados para dizer que quem está sendo completamente penalizado na implantação deste plano são os aposentados, porque para eles é previsto tão somente o enquadramento. O corpo de funcionários do Executivo e do Quadro Geral do Estado é sabido hoje, e o Estado não pode negar, que estaria com 20 anos ou mais de serviço. Com 20 anos nós não temos as pessoas nos níveis iniciais de carreira; já houve algum percurso e é justamente nos níveis do meio do quadro para o final que se tem a menor conquista, os menores percentuais de recomposição salarial.

Então os aposentados, salvo melhor juízo, e aí o Governo teria que nos provar isso, encontram-se no final de tabela das suas respectivas classes, portanto eles terão índice praticamente zero, no enquadramento, todos, de qualquer um dos grupos, do grupo de apoio, do grupo intermediário e do grupo profissional, e ficam ali, porque não é previsto para eles nem aquele horizonte possível que o próprio Estado está dando para os outros dois grupos, de 12 ou 18 meses. Os aposentados teriam que contar tão somente com a perspectiva de um novo governo que se disponha a aplicar um índice de reposição salarial.

Quando isso vai acontecer? Nós passamos 7 anos sem que acontecesse para nós! Então, os aposentados vão também passar quantos outros anos, sem que isso aconteça? Agora, quando é chamado a pagar os aumentos de taxas públicas, os impostos todos, ninguém pergunta se o aposentado está em condições de pagar isso! Quando é chamado para pagar a Previdência, que ele pagou a vida inteira, também não é perguntado e se tira dele 10% do seu rendimento bruto para pagar a Previdência!

Então, peço, senhores deputados, que vejam com bastante atenção esta questão específica dos aposentados, que são cidadãos, e como dizem as faixas ali, da APP Sindicato, também votam!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Dentro das indicações, Roberto Andrade e Silva, do Sindicato SEAB.

O SR. ROBERTO ANDRADE E SILVA

Boa tarde, senhoras e senhores deputados.

Estamos aqui falando em nome de todos os servidores do Quadro Geral do Estado que nós, especificamente, representamos o servidor da agricultura, do meio ambiente, da Fundepar e também, por delegação, dos servidores do DER, já que o João Carlos não pôde estar presente aqui, mas, como o assunto é comum e os abrange, nós nos sentimos à vontade, inclusive para falar em nome deles.

Eu não vou aqui discorrer sobre o plano em si, sobre o teor do anteprojeto de lei que institui o Quadro Próprio do Executivo.

Ontem o secretário esteve aqui e os deputados, com certeza, também já leram o anteprojeto de lei, ouviram as explanações de ontem, e portanto, estão por dentro do assunto.

Vou me ater a colocar alguns pontos que julgamos como necessário a serem mudados nesse anteprojeto, para que ele seja considerado ótimo, porque hoje nós o consideramos importante, como a norma já descreveu aqui. O Quadro Geral do Estado é um dos mais marginalizados nessas duas gestões do atual governo; se ressentido do Plano de Cargos e Salários, que dê perspectiva funcional, perspectiva profissional aos servidores.

Traduzindo isso melhor, daria para dizer o seguinte: as pessoas entram no Estado na atual situação e ficam naquela posição da tabela, só tendo ganhos na medida que há correções monetárias nos seus valores, coisa que, inclusive, nesses últimos sete anos, desde agosto de 1995, a gente não vem tendo e com infringência, então, clara, do artigo 37, inciso X da Constituição, que prevê a revisão dos salários de forma a recompor o seu poder de compra, de forma a garantir a irredutibilidade de salário, coisa que também é definido pela Constituição Federal.

Nesses casos que o plano peca, alguns dizem que ele não tem objetivo de recuperar perdas. Como não? Na realidade ele tem objetivos de dar condições de vida, de trabalho aos servidores públicos. E, portanto, ao ser feito, ele tem que pensar inclusive em recompor o poder de compra dos salários, para que os trabalhadores tenham condições dignas, tenham condições mínimas de sobrevivência, para poder inclusive prestar os bons serviços públicos de maneira satisfatória.

Esse é um dos pontos que precisa ser mexido. O Governo alega que não há recursos, que tem um limite de três milhões para gastar mensalmente até o final do ano, mas sabe que ele tem condições, na medida que o próprio secretário da Fazenda tem dito, que a arrecadação tem crescido, que o Estado vai destinar para o ano que vem uma poupança de ICMS, portanto, é possível, sim, se pensar nesse momento, em concessão de melhoria salarial, recuperando, se não todo, pelo menos parte das perdas de agosto de 95 para cá, que segundo o Dieese, é de 66% até abril de 2002.

Esse é um ponto que precisa ser atacado, observado pelos senhores deputados e aberto uma negociação com o governador, no sentido de que aja a reparação dessa injustiça feita com os servidores do Quadro Geral do Estado.

Outro ponto, no tocante ao que o Plano, na minha opinião, traz de melhor é a perspectiva, é o desenvolvimento profissional, é a questão da promoção e da progressão. A progressão podendo ser de três formas, por antiguidade, avaliação de desempenho e por titulação, e a promoção, podendo ser por escolaridade formal, por tempo de serviço e ou experiência. E aí também tem outro ponto que precisa ser melhorado, na medida que o governo ao fazer, ao determinar esses pontos novos do plano, define que a primeira promoção ocorrerá imediatamente à aprovação da lei e, já para os agentes profissionais e para os demais agentes de apoio e de execução, daqui 18 meses. E na progressão, também de titulação, é previsto isso - que para o agente profissional será daqui doze meses e para o agente de apoio e execução dezoito meses.

E esse ponto, é uma infringência clara à Constituição Estadual, que fala no seu artigo 33, inciso 6º, que deve haver tratamento uniforme ao servidor público no que se refere à concessão de índices de reajuste ou outros tratamentos remuneratórios ou desenvolvimento de carreira.

Resumindo, o Governo não pode, ao conceder reajuste, plano de cargo, carreira e salários, enfim, não pode dar tratamento diferenciado.

Outro ponto que vou deixar discorrer, que a Norma discorreu muito, é a questão dos aposentados, que precisam, realmente, ter um tratamento nesse anteprojeto de Quadro Próprio do Poder Executivo.

No artigo 18 é prevista uma série de gratificações; uma delas é a gratificação de atividade técnica, que pela visão do governo é para resolver algumas distorções que há no serviço público, na medida que alguns órgãos possuem gratificações específicas e outros segmentos não têm. Aproveito a oportunidade, também, para discorrer sobre a situação que foi gerada em março deste ano, por ocasião da greve da SEAB, onde o governo do Estado, no intuito de resolver o problema da greve e não resolver o problema dos trabalhadores da agricultura, concedeu uma gratificação para apenas um segmento da Agricultura, que é no caso a defesa sanitária ou agropecuário ou Defis - Departamento de Fiscalização, o que gerou, internamente, uma série de distorções, etc.

Uma reivindicação que temos e está sendo trabalhada no âmbito do governo, é a extensão dessa gratificação de 100% também aos demais servidores, cujo impacto financeiro seria de muito pequena monta, seria insignificante para o governo do Estado e seria muito mais positivo o benefício dessa concessão do que o prejuízo que ele tem trazido, hoje, à própria governabilidade da SEAB, ao relacionamento interno dos funcionários, enfim, ao desenvolvimento dos trabalhos.

Outro ponto que merece atenção dos senhores deputados é no que se refere ao artigo 29, que prevê a conversão em valor de uma série de gratificações arroladas no anexo 5º do anteprojeto, dentre elas a gratificação de insalubridade, periculosidade e risco de vida.

Aí, me parece que há uma inconstitucionalidade, há uma ilegalidade na medida em que essas gratificações estão previstas na indenização federal; estão previstas na Lei 10.692/93, que trata da questão da gratificação de periculosidade e insalubridade.

O governo transforma em valor os atuais percentuais, pois essas gratificações são definidas em percentuais, por exemplo, a gratificação de periculosidade representa 30% do vencimento básico do cargo, se a pessoa ganhar mil reais é trezentos reais. Então, é um percentual sobre o vencimento básico.

A insalubridade, percentuais dez; vinte e quarenta do menor vencimento da tabela ou do salário mínimo nacional, o que for maior.

O governo quer, com isso, transformar em valor. Na nossa opinião o governo, na prática, pretende extinguir com essas gratificações ao transformar em valor, porque transforma em valor e depois, mais à frente, não atualiza mais esses valores, atualiza, o vencimento básico e aqueles valores vão sendo deixados de lado secundariamente.

Naquelas gratificações que citei anteriormente, que o governo cria no artigo 18, me parece que em alguns casos ele incorpora, também, essas gratificações de periculosidade, insalubridade e risco de vida.

Outro ponto, também, passível de ser solucionado, inclusive temos aqui vários servidores que representam esses setores, diz respeito aos servidores desenquadrados ou aqueles que denominamos de desvio de função, ou seja, ao longo, principalmente deste último governo, e faz muito tempo no Estado do Paraná, não há concurso público, concurso setorialmente para poucos servidores e na insistência de um plano de carreira que prevê perspectiva de desenvolvimento profissional, muitos servidores se qualificam, adquiriram uma formação de graduação, aqueles que não tinham graduação superior ou de nível universitário, como falamos.

Mas, o que acontece é que muitos deles passaram a atuar na nova condição, ganhando na situação anterior, ou seja, em resumo, estão sendo explorados pela administração pública, trabalhando numa situação mais qualificada, rendendo mais, produzindo mais e ganhando salários de ingresso!

Quer dizer, essa injustiça precisa ser corrigida. Esse caso, então das funções, me parece que está sendo encaminhado pela Casa e merece realmente, uma atenção especial a sua solução.

Em resumo. Não se resume só em relação ao pessoal que adquiriu graduação, mas também ao pessoal de apoio que adquiriu também formação mais qualificada, que trabalha a mesma função, às vezes de forma mais qualificada, rendendo muito mais.

Outro ponto: revisão dos altos salários.

O governo, com o quadro de pessoal traz uma tabela nova, traz cinco carreiras novas, mas não tem definidas as formas de ajustar essa tabela.

E a Constituição Federal, no seu artigo 37, inciso 10, prevê que há de se ter a revisão anual de salários. É preciso que a lei contemple isso, garantindo que os salários não percam os seus poderes de compra.

Por último, senhoras e senhores deputados é a questão da participação dos servidores dos sindicatos, no enquadramento, na manutenção, no desenvolvimento do Plano, daqui para frente na vida do Plano.

Por quê isso?

Porque na elaboração do Plano, os sindicatos, os servidores, através de suas entidades, associações, não foram convidados a participar, sequer os grupos de Recursos Humanos do Estado.

Então, propomos que exista uma emenda garantindo a participação do Sindicato dos Servidores Públicos, já que todos os servidores, setores, possuem sindicatos, no enquadramento, na regulamentação, mesmo porque esse anteprojeto que define o quadro próprio de pessoal, pelo menos em dez artigos, prevê regulamentação posterior, ou seja, o governo aprova uma lei e deixa para depois a sua regulamentação.

Então, é preciso que os segmentos envolvidos, interessados, participantes desse processo, participem efetivamente, das decisões posteriores. Com certeza em todos os aspectos as questões mais importantes vão estar na sequência de argumentação.

Senhores deputados, o tempo que nós tínhamos foi suficiente para dar o nosso recado, e apesar do tempo que temos, curtíssimo, para aprovar esse projeto de lei em termos de dias úteis talvez de seis dias, é importante aprová-lo, mas achamos importante também que hajam essas modificações que consideramos substanciais.

Muito obrigado. Estamos à disposição no Sindicato para contribuir, para que esse objetivo seja alcançado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Maria Cristina Reis Lacerda, do Sindicato de Saúde.

A SRA. MARIA CRISTINA REIS LACERDA

Boa-tarde a todos, senhores deputados os convidados presentes e à Presidência da Mesa.

Estou aqui representando o Sindisaúde. Ao mesmo tempo em que agradecemos pela oportunidade de ocupar esse espaço, queremos falar da nossa indignação e do nosso protesto, por estarmos aqui mais uma vez tentando discutir às pressas, um assunto tão importante e que diz respeito à vida profissional dos servidores do Quadro Geral do Estado do Paraná.

E mais, não acreditamos que nesse curto espaço de tempo, possamos discutir de fato e com a devida profun-

didade que merece um projeto desse teor. mas nós já sabemos que essa tem sido a prática desse governo ao longo desses quase oito anos: Deixar para o último ponto de pauta um tema que está há mais de vinte anos colocado como prioritário para o quadro dos servidores, inviabilizando toda e qualquer participação dos trabalhadores.

Quanto às justificativas para o Plano ser apresentado apenas neste momento, o final do mandato, nós não podemos aceitá-las, porque não existe nenhuma justificativa para essa atitude, como tentou-se apresentar ontem aqui, nesta mesma Casa. Em um governo que se diz democrático, esperava-se que, no mínimo, os trabalhadores pudessem ser ouvidos no momento da elaboração do projeto e não apenas a poucos dias da sua votação.

O Quadro Geral do Estado é composto por importantes Secretarias de Estado que desenvolvem ações estruturantes e organizativas do Estado. São mais de quarenta mil servidores que há mais de duas décadas aguardam a proposta e aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Para o setor Saúde, existe uma Lei Federal nº 8.142/90, em seu artigo 4º, Inciso VI, que torna obrigatória a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Conclui-se, portanto, que essa lei vem sendo descumprida pelo Executivo Estadual. Além da dívida com a falta de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários, os mais de quarenta mil servidores acumulam uma perda salarial de mais de 63%. O assunto é de enorme importância e interesse dos trabalhadores, e por isso é preciso que esse Plano de Cargos, Carreiras e Salários venha corrigir as distorções que ao longo do tempo foram ocorrendo exatamente pela ausência de regras para desenvolvimento nas carreiras.

Então, quero apresentar alguns pontos, para os quais apresentaremos Emendas. O primeiro, diz respeito à referência salarial. O segundo, diz referência à promoção do agente profissional; e o terceiro, diz respeito aos atendentes de enfermagem. Além do que, nós concordamos com vários pontos já apresentados pelo Roberto, com quem vamos estar elaborando, em conjunto, as Emendas, por escrito, para apresentá-las aos senhores.

A referência salarial inicial proposta, ou seja, de R\$228,41, encontra-se com um valor que já neste momento está defasado, tendo em vista o valor do salário mínimo atual, que é de R\$200,00. Este Plano poderia contemplar, de imediato, um percentual de reposição salarial maior, uma vez que um grande número de servidores terá uma correção salarial irrisória com a implantação do Plano.

Quanto à promoção, ela é referida no artigo nº 26. Esse Artigo do anteprojeto de lei determina prazos diferentes para promoção dos cargos de agente de apoio, do agente de execução e do agente profissional. Esse artigo está ferindo a Constituição Estadual no seu capítulo II, artigo 33, parágrafo 1º; artigo 6º, cujo texto diz o

seguinte: “O regime jurídico e os planos de carreira do servidor público decorrerão dos seguintes fundamentos:

VI - Tratamento uniforme aos servidores públicos no que se refere à concessão de índices de reajustes ou outros tratamentos remuneratórios ou desenvolvimento nas carreiras”.

Quanto à situação dos atendentes de enfermagem, nós temos situação específica no setor Saúde. Muitos atendentes de enfermagem, hoje já fizeram o curso de 2º grau, já fizeram o curso de Auxiliar de Enfermagem e continuam recebendo como atendentes de enfermagem. Pelo atual Plano, eles passariam apenas a auxiliar de Saúde, ficando na mesma categoria profissional. Então, existe um projeto de lei que cria, em seu Anexo IV, a função de auxiliar de saúde, essa terminologia, “Auxiliar de Saúde”, não está estabelecida em nenhuma lei; é desconhecida pelo Conselho Regional de Enfermagem e existe uma lei federal que extingue esse cargo de Atendente de Enfermagem.

Assim, com a aprovação dessa emenda, o Estado do Paraná estaria se adequando à lei federal e regularizando a vida funcional de centenas de servidores.

Essas propostas serão apresentadas por escrito e nós pedimos a apreciação e a aprovação dos senhores deputados.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A senhora Sandra Duarte, do Sistema Penitenciário.

A SRA. SANDRA DUARTE

Exmo. Sr. Presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão; demais deputados componentes desta Mesa; senhora e senhores deputados.

O Sindicato dos Servidores Penitenciários agradece esta oportunidade. É pequena, é um pequeno espaço, reconhecemos, mas de extrema importância, porque demonstra que esta Casa respeita os princípios democráticos que ainda apresentam alguns resquícios neste País.

As nossas propostas com relação ao Plano de Carreira, Cargos e Salários, são várias. Reiteramos aqui, até para não tornar cansativa esta tarde, aquilo que vem exposto pelo Sindicato da Saúde, pelo Sindicato da Secretaria do Abastecimento, pelo Roberto. Ratificamos todas as posições porque essas também são as nossas expectativas.

E gostaria, então, de apresentar aos senhores apenas as Emendas que já apresentamos ontem, por escrito: os senhores receberam essas nossas propostas, resumidamente.

A primeira questão que o Sindicato coloca à categoria e solicita o vosso apoio, é no que se refere à compensação de servidor penitenciário proposta pela ONU.

Por servidor penitenciário se entende todos os servidores que atuam na área penitenciária, não somente

área de segurança, mas área de saúde, profissional técnico, o pessoal de apoio e o pessoal administrativo.

Então, a nossa primeira emenda se refere a isso, que dentro do quadro apresentado pelo governo, que finalmente reconhece a categoria dos agentes penitenciários, se entenda por agente penitenciário todo o profissional da área do serviço penitenciário. Por quê? Porque essa é uma categoria diferenciada de todas as demais deste Estado. Dificilmente você verá um psicólogo, um dentista, um psiquiatra em cima de uma laje servindo de escudo humano para uma massa carcerária enfurecida pedindo por liberdade.

Dificilmente os senhores verão uma professora de uma escola pública dentro de um freezer esperando que as negociações acabem para que o corpo possa ser liberado para as suas famílias.

É assim que nós trabalhamos no sistema penitenciário. Um pedagogo, um assistente social, um dentista, um advogado, um psiquiatra, todos os dias é chamado a produzir laudos técnicos que dirão do preso, das suas condições, da sua individualização de pena, da sua possibilidade de progressão. Ora, se um psiquiatra, um psicólogo, um assistente social, de repente tirar um laudo e determinar que um determinado preso saia do presídio por progressão do regime, e esse preso venha, por acaso, atingir um dos familiares de qualquer pessoa desta plenária, certamente a responsabilidade deste técnico será chamada a responder o porquê de ter deferido um pedido de progressão de regime para um estuprador, para um latrocida. Enfim, a nossa função penitenciária é diferenciada.

E é por isso que pedimos que na proposta do governo se entenda por pessoal penitenciário todo o servidor da área penitenciária. Com isso, o governo estaria se livrando de um grande problema que acontece, quando, por exemplo, as penitenciárias se mobilizam, quando produzimos as nossas greves reivindicatórias, e todo o quadro funcional do Estado acaba sendo prejudicado em termos de avanços e negociações, porque toda a vez que o penitenciário faz um movimento paredista, ele vai estar mexendo necessariamente com todo o quadro de profissionais técnicos, de pessoal de apoio, pessoal de produção. Enfim, para o governo seria a forma de tratar a questão penitenciária como trata a questão de Segurança Pública.

A Polícia Militar detém os seus quadros, a Polícia Civil, o seu estatuto e o que nós pedimos que é o pessoal penitenciário receba o mesmo tratamento, até porque é esta a tendência nacional. Tramitam na Câmara Federal, propostas para retirar o pessoal penitenciário do Executivo para que esse processo que temos hoje aqui de todo o movimento paredista, por exemplo, atrair todo o restante da categoria, o governo já teria resolvido aí um grande problema que tem nas mãos.

A outra questão é a questão da tabela. A tabela apresentada pelo governo apresenta uma perda de 66% acumulada nos oito anos de governo Jaime Lerner. Nós estamos apresentando, os senhores receberam esta pro-

posta, sete tabelas elaboradas pelo Dieese, na qual se propõe avanços que vão de 10 a 66%, uma tabela progressiva, e nós pedimos que o governo adote uma dessas, inclusive os senhores têm junto com essas tabelas o documento que entregamos, o impacto disso na folha. E, pasmem, senhores, o impacto desses percentuais na folha são menores do que o governo paga hoje para manter duas empresas terceirizadas.

Aliás, gostaria de fazer aqui uma observação: a continuar o projeto de terceirizações de presídios, iniciado pelo governo Lerner. No máximo até o final deste ano teremos nas mãos de uma única empresa terceirizada um contrato que vai de três a cinco anos, garantindo, no mínimo, oitenta milhões dos cofres públicos.

No nosso ponto de vista, isso é um monopólio perigosíssimo para o Estado, e qualquer governador que o assuma vai ter em suas mãos um grande problema, porque os presídios estarão nas mãos de uma empresa terceirizada e a gente acredita até que já nas mãos de pessoas envolvidas no governo e aí não teremos pessoal penitenciário para socorrer. Qualquer coisa que esta empresa resolva exigir do Estado, qualquer adendo, qualquer aumento dos gastos, o governo vai ter que aceitar, porque não terá como resolver o problema penitenciário, posto que está caminhando para a derrocada do sistema. Estamos caminhando para a destruição total das empresas estatizadas para passar à mão da empresa privada todo o sistema penitenciário do Estado do Paraná. Isto é um risco que gostaríamos que fosse alertado aqui pelos senhores deputados.

A outra questão que colocamos, se refere à aposentadoria especial. A Constituição é clara, trabalhadores que trabalhem em áreas penosas, perigosas e insalubres têm o direito à aposentadoria especial. A Parana Previdência já reconhece as gratificações na aposentadoria. A nossa categoria é a única no Estado que mantém essas gratificações quando se aposenta. Isso dá uma possibilidade de abrir precedente para que esta Casa adote esse critério da Constituição, que garante ao servidor penitenciário a aposentadoria especial.

A outra questão colocada por nós, reiteramos aqui aos dois sindicatos que nos antecederam, se refere às gratificações, ao congelamento das gratificações. Isto é um retrocesso, representa uma injustiça, posto que essas gratificações são resultado de lutas sindicais dos trabalhadores, avanços conseguidos ao longo dos anos. No caso dos penitenciários isto nos custou a vida de um trabalhador, e gostaríamos que o governo revisse esta questão e retirasse o item que ele coloca valores e mantenha os percentuais.

A outra questão é quanto a implantação do plano: o governo propõe a implantação imediata para o pessoal profissional, um ano para o pessoal da execução e um ano e seis meses para o pessoal de apoio. Isto é algo extremamente desumano. Aliás, das mais atrozidades das desumanidades que este governo já cometeu com este pessoal de apoio! É um pessoal que já não tem o que comer, está

abaixo da linha da miséria! Por quê? Porque tem que manter um status, um padrão de servidor público, quando ele recebe mal um salário mínimo, que é o que vai sobrar para esse trabalhador e o governo agora pede um sacrifício ainda maior dessa gente, exigindo que eles esperem por um ano e meio para conseguir a sua primeira promoção!

E a outra questão se refere ao artigo 9º que vai falar das promoções, extremamente subjetivo, sem critérios definidos; é impossível saber quando é, como é e quem irá fazer as nossas promoções. Aliás, pelos nossos cálculos serão necessários 134 anos para que um agente penitenciário consiga chegar ao final de sua carreira.

Então, senhores, o que nós pedimos é a sensibilidade no sentido de aprovação das nossas emendas. Os senhores têm as cópias, já, que baseiam-se nesses seis itens. E não esquecendo aqui do pessoal do IASP, aliás, o pessoal aqui presente, o pessoal do IASP tem sido extremamente injustiçado, são agentes que trabalham com menores infratores. É muito difícil se trabalhar com menor infrator, porque ele é inconstante, porque ele é inimputável, e essa gente trabalha à mercê de meninos ferozes, capazes de atrocidades, e não detém os mesmos tratamentos funcionais que, por exemplo, detém os agentes penitenciários. Eles pedem as gratificações; os educadores sociais têm gratificações mas perdem na aposentadoria, passam por um processo desgastante da profissão tão perigosa, tão desgastante quanto o pessoal penitenciário, e está totalmente esquecido pelo governo, dentro de um instituto que trabalha com crianças, com pessoas de rua, enfim, um tratamento igualitário para questões totalmente diferentes.

Era isso e agradeço a oportunidade, senhores.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Antes que a oradora se ausente da tribuna, ela fez uma denúncia que é deveras preocupante, que em pouco tempo nós teremos todo o sistema penitenciário privatizado, e na mão de uma única empresa, e que no decorrer deste período foi feito um contrato que ascende a 80 milhões de reais e atinge os exercícios de 2003, 2004 e 2005.

Eu solicitaria, com a permissão do senhor presidente e da Mesa, que V. Sa. declinasse a empresa e como foi estabelecido este contrato, se a senhora tem informação, se foi por licitação ou se foi de uma forma que não tenha sido pública?

A SRA. SANDRA DUARTE

Acho que de tudo que a gente tem solicitado a esta Casa, esse processo, caro deputado, já deveria estar claro, porque há muito vínhamos denunciando esta questão.

Houve no Estado do Paraná uma deliberada, senão negligenciada trama, no sentido de desestruturar, desestabilizar, fragilizar e destruir o sistema penitenciário.

A empresa é Humanitas, que foi articulada pelo secretário da Justiça, duas empresas entraram em consórcio

cio, uma de São Paulo, uma do Paraná, que já estava em processo de fechamento, e ela hoje assumiu os prejuízos do Paraná, e pior que isso, conseguiram do Tribunal de Contas a autorização para contratar sem processo licitatório!

A partir daqui, o Estado pode contratar essa empresa sem dar qualquer tipo de satisfação aos cofres públicos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos anunciar a presença dos seguintes Clubes de Mães: Palotina, Arco-Íris, que é presidido pela senhora Gema; Clube das Mães Amizade, que é presidido pela senhora Mônica; e do Jardim Primavera, que é presidido pela senhora Zezinha. São convidadas do deputado Litro.

As boas vindas a esta Casa de Leis.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

A ilustríssima oradora já deixou a tribuna, mas eu gostaria de fazer uma indagação, inclusive ao sindicato, já que se faz presente a presidente Sandra, porque há informação também, em que pese de ser a minha região política, mas em Foz do Iguaçu houve um investimento de 11 milhões de reais do governo para construção de um presídio, e o presídio está fechado há 6 meses, exatamente em função da não contratação de agentes penitenciários.

Ora, das duas uma. A denúncia que eu recebo inclusive de políticos da região, dá conta de que o governo sabia da construção do presídio, sabia que iria necessitar de mão-de-obra, e no entanto vão contratar em regime de urgência a mão-de-obra através de contrato, e gostaria de saber se isso é fato ou não, mas fica a minha pergunta. Quem sabe a Secretaria da Segurança me responde.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário das Lideranças. PL, PSC, PSL, PDT, PT, PTB, PMDB.

Com a palavra, o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores aqui presentes nesta Sessão.

Há seis meses atrás, às 20h50min, o deputado Tiago Amorim Novaes era assassinado em Cascavel. Já se passou, portanto, meio ano e nós, deputados estaduais, colegas do deputado Tiago, ainda não podemos responder ao povo do Paraná sobre as circunstâncias, os autores, os mandantes deste hediondo e perverso crime.

O governo do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública demonstra toda a sua incompetência, todo o seu desleixo ao ter um crime desta repercussão como insolúvel no Estado do Paraná.

Um crime que ceifou a vida de um parlamentar, de um deputado desta Casa e que está na relação dos crimes obscuros, dos crimes sem solução. Na verdade, senhor presidente e senhores deputados, estamos todos cansados até de ouvir falar no nome do deputado Tiago Amorim Novaes. Não queremos fazer nenhum proselitismo com alguém que está morto, mas urge atitudes para esclarecer este indigesto acontecimento.

Aqui na Assembléia, através da Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Ricardo Chab tivemos a oportunidade de acompanhar alguns depoimentos de criminosos que fazem com que a gente tenha verdadeira ojeriza pelos fatos que envolvem a Segurança Pública do Paraná. O secretário de Segurança Pública, incompetente José Tavares, quando veio aqui na Assembléia Legislativa, contou casos “do arco da velha”, fez revelações que nem os principais “arapongas” da vida pública fariam, e o José Tavares incompetente, despreparado para ser secretário de Estado, apegado ao cargo, em qualquer governo decente não seria nem inspetor de quartelão, seria demitido a bem do serviço público, veio aqui nesta Casa, relatou diversos episódios que envolvem a Segurança Pública do Paraná, que envolvem o assassinato do deputado Tiago Amorim Novaes e “fica tudo como dantes, no quartel de Abrantes”.

Os bandidos que vieram aqui na Assembléia depor na Comissão de Segurança Pública, trouxeram informações com riquezas de detalhes, mostrando que o crime está hoje envolvendo o aparelho de Segurança Pública do Estado do Paraná e está tirando a vida do nosso povo, e infelizmente, não vemos reação por parte das nossas autoridades. Tudo está bonito e formoso; não há reação, e o povo paga com sua própria vida os atos desatinados do governo, e o José Tavares, encastelado ali no predinho de vidro da Secretaria de Segurança Pública, endeusado, faceiro, não vê nada, não diz nada e o crime continua solto e a criminalidade aumentando, e o povo do Paraná sofrendo.

Tenho um amigo que veio de Quedas do Iguaçu morar em Curitiba. Senhor presidente e senhores deputados, este amigo já teve 5 carros roubados em Curitiba, sendo que 3 foram roubados à mão armada, em plena luz do dia, no centro de Curitiba.

E aí, este detalhe, é para se somar aos mais de 50 veículos que são roubados por dia em Curitiba e na região Metropolitana. Mata-se um padre na casa canônica, mata-se um deputado, matam-se dezenas de pessoas diariamente no Paraná e o Governo acha que está tudo às mil maravilhas, tudo em ordem.

Ontem, inclusive no programa eleitoral do PFL, vi uma matéria dirigida aos olhos do governador Jaime Lerner. Uma música que procurava destacar os olhos azuis do governador Jaime Lerner. Parecia um ator, um ator consagrado. Aliás, isso tenho que concordar com ele, porque, efetivamente, ele é um ator consagrado.

Faz meio ano que o deputado Tiago morreu. O delegado Alexandre Macurin está em Paranavaí; não quer

mais saber do caso. O governo não quer a Polícia Federal no caso. E como é que fica? Fica assim mesmo? Esquece-se a história? E aí os bandidos no Paraná continuam agindo e dizem: Olha, vamos continuar assaltando, seqüestrando, porque no Paraná não tem lei, o governo não liga, porque quando não há punição, há um incentivo para a criminalidade, há um incentivo para os criminosos e é isto que está acontecendo no Paraná hoje. Os bandidos estão achando que aqui é um terreno fértil para agir porque não existe lei. As autoridades não estão preocupadas com a segurança do povo do nosso Estado.

Ora, mata-se um deputado e aí diz que o deputado tinha envolvimento com os bandidos, tinha envolvimento com os criminosos.

Sim, mas por que não falaram antes, quando ele era vivo? O deputado era um deputado da base do governo aqui na Casa, votava a favor do Governo! E por que não falaram antes, quando ele era vivo, dando-lhe a oportunidade para se defender? Por que é que não permitiram a ele que se defendesse? Não quero defendê-lo, aqui, não sei se era bom ou não, não conhecia a vida pessoal, mas acho tremendamente injusto que uma pessoa depois de assassinada, morta venha a se levantar acusações contra ela. Quando viva, se acovardaram e não levantaram as denúncias que hoje fazem contra ele, que era deputado do lado do governo, não era companheiro nosso, da Oposição. A única vez que votou conosco, foi a ocasião da Copel, mas em todos os seus três anos de mandato, como deputado foi um governista de carteirinha.

Por isso, senhor presidente, eu venho aqui lamentar profundamente que há seis meses da morte do deputado, o povo do Paraná não sabe, a polícia não sabe, o povo do oeste do Paraná não sabe! Há uma grande ânsia, uma grande vontade de saber quem foram os autores, quem mandou matar! Dizem que foi um policial civil que deu 40 mil para o bandido matar o deputado, mas um policial civil ganha mil reais por mês, de onde ele tirou os 40 mil para contratar um bandido para matar o deputado?

São perguntas que não se responde! E tudo fica como dantes, no quartel de Abrantes!

E o secretário de Segurança Pública, incompetente, despreparado, Zé Tavares, ali encastelado no predinho de vidro, olhando tudo como se estivesse no paraíso, bonito e formoso, e o povo perdendo a vida, o povo morrendo, crime aumentando e o Paraná nas mãos dos criminosos e o governo nada faz, a não ser assistir, calmo e tranqüilo, na poltrona e o povo paga seu salário.

Concedo o aparte do deputado Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse

Deputado Nereu, com todo o respeito ao seu encaminhamento e da forma brilhante como tem se conduzido, como deputado estadual, nessa Casa, nós temos que passar algumas informações para V. Exa. quanto à questão da Secretaria de Segurança.

Nós estamos já a cerca de 4 meses com a lista de investigações em torno da morte do deputado Tiago Amorim, na mesa do secretário, com mais de 50 suspeitos, que foi encaminhada não só por Cascavel, Foz do Iguaçu, municípios vizinhos, municípios que o senhor é deputado e que sabe, muito bem, que o deputado Tiago era extremamente combativo. Denunciava, muitas vezes, pessoas envolvidas com narcotráfico, com gangs, quadrilhas de roubo de banco que teriam, realmente, condições de fazer até muito pior do que fizeram com o Tiago. Eu estou preocupado em elucidar este caso e tenho certeza que logo, logo, aparecerão quais foram os criminosos que fizeram, infelizmente, um companheiro nosso, da maneira que o foi, assassinado em Cascavel.

Quanto à questão aqui de Matinhos, que o senhor também falou, do pároco de Matinhos, que foi assassinado, no dia seguinte, pela manhã, já estava preso o homicida. Era um garoto envolvido com drogas e já tinha até passagem pela polícia, visto que aquele pároco denunciava muitos traficantes na cidade. Infelizmente com a Polícia Federal ainda no município de Matinhos, ele veio ser assassinado, friamente, causando um constrangimento, não só na Igreja Católica mas no Paraná inteiro!

Por isso, deputado Nereu, eu realmente vejo a sua preocupação, mas vejo que o governo do Estado tem feito as suas ações. Não da maneira que nós gostaríamos, de não ter bandidos nas ruas, mas há cerca de 10 dias atrás, nós entregamos 436 viaturas em todos os municípios, inclusive no Sudoeste do Paraná, viaturas estas que estão sendo, não só levadas numa troca daquela questão que foi denunciada, aqui na Assembléia, dos aluguéis altíssimos que existiam, do governo do Estado e que não mais existem.

Por isso, eu contrário a sua posição no sentido de dizer que o secretário Tavares não tem feito um bom trabalho, porque ele conseguiu desbaratar várias quadrilhas de roubo de veículos, aqui na região metropolitana, pessoas perigosas que estão presas, dentro de penitenciárias estão ameaçando ainda os policiais, inclusive o secretário de Segurança, por ele ter uma posição enérgica e eficiente. Infelizmente ainda não sabemos qual foi o assassino do nosso companheiro, deputado Tiago Amorim.

Obrigado!

O SR. NEREU MOURA

Deputado, respeito a sua opinião, sem concordar com ela. Porque não posso achar que a Segurança Pública é competente, se há seis meses um deputado é assassinado e não se traz a público o seu esclarecimento! Aí é a prova mais cabal da incompetência, da falta de agilidade ou na verdade da concordância com o ato criminoso. Porque há pouco tempo atrás, todo o Paraná ficou atônito ao descobrir que a criminalidade estava governando a Polícia Civil do Paraná, quando a CPI do Narcotráfico esteve no nosso Estado!

Por outro lado, deputado Kielse, queria informar a V. Exa. que as quatrocentas e trinta e seis viaturas que vieram para o Paraná, 2/3, foi o governo federal, através do Fundo de Reequipamento da Secretaria de Segurança Pública! O governo do Estado só está fazendo média com o chapéu dos outros! Só está distribuindo as viaturas porque ganhou do governo federal, está fazendo propaganda por aí, como se fosse ele!

Na verdade tinha que dar louvor ao Fernando Henrique Cardoso, que foi que viabilizou o dinheiro para aquisição de mais de trezentas viaturas, das quatrocentas e trinta e seis que V. Exa. ajudou o incompetente José Tavares a distribuir no Paraná inteiro.

Concedo o aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

A questão da Segurança Pública é gravíssima, porque se repararmos nos veículos que tem a Polícia Militar, talvez mais da metade estejam estacionados, porque estão com algum problema de mecânica, faltando peças.

Se repararmos que os municípios têm que sustentar a Segurança Pública, muitas vezes os prefeitos, dando gasolina para a Polícia Civil, ajudando a Polícia Militar, colaborando de todas as maneiras. Há uma ausência absoluta do Estado! É simplesmente nós subirmos na Sala das Comissões e vermos o que foi orçado para investir em segurança pública, e o que foi realizado. Aí nós vamos constatar que o que foi orçado, não foi realizado! Que o governo estadual tem se valido do governo federal, até para a contrapartida de outros convênios!

É como a questão da saúde, orçado foi 332 milhões, mas ele aplicou na atividade - fim, menos de 2%!

Então, está aqui a prestação de contas de 2.001, que acho que devíamos começar a pagar essa prestação de contas do Governo e dissecar, quanto que foi investido em Segurança Pública. Nós temos aqui menos da metade de efetivo da Polícia Civil e Militar, do que tem em Santa Catarina. Nós temos menos da metade da estrutura de armazenamento, de viaturas, do que tem em Santa Catarina!

Então, na questão do nosso colega Tiago Amorim - ora! está na cara, o governo não quer desvendar esse caso, porque alguma coisa vai respingar por cima do governo, porque não é possível que o governo não elucide a morte de um deputado!

V. Exa. compreende como a população pode se sentir segura, se um deputado é morto a tiros e o crime não é desvendado! Então, o que esperar da segurança, do nosso secretário de segurança? Efetivamente se fosse da base do Governo, estaria absolutamente preocupado, porque seis meses sem desvendar um crime de um parlamentar, sinceramente, é algo estarrecedor, por isso merece de V. Exa. esse belo pronunciamento.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA

O povo do Paraná só tem um caminho, enquanto o governo do Jaime Lerner existir: rezar, rezar e torcer, para ter sorte e não ser vítima também de um ato criminoso. É o único caminho que o povo do nosso Estado tem, de resto, não há mais nada o que fazer.

Um governo paralisado, mentiroso, propagandista, um verdadeiro ator, assim como apareceu ontem o governador Jaime Lerner na televisão, um verdadeiro ator. Para isso ele se presta, com competência!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário das Lideranças consulto o PFL se fará uso do seu horário.

Com a palavra o deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Com muita satisfação, hoje, na parte da manhã, estivemos, juntamente com os prefeitos de São José dos Pinhais, de Pinhais, da Fazenda Rio Grande, de Piraquara, de Campina Grande do Sul, de Quatro Barras e com o prefeito Cássio Taniguchi, de Curitiba, tratando de um assunto que é pertinente a uma preocupação mundial, não apenas regional ou de Curitiba.

Estivemos inaugurando a nova fase das obras implantadas sobre a questão da Represa do Iraí, que tanto foram divulgados os problemas que ela enfrentou, inclusive, pelo deputado Neivo Beraldin, e que hoje temos a possibilidade, não apenas de ser a primeira capital do Brasil em termos e superávit, não apenas para Capital, mas para toda a região metropolitana, da produção, hoje, de 4,2m3 de água por segundo a mais de água potável, significando um reservatório de 58 milhões de m3, com investimento de 82 milhões de reais que foram feitos para atender uma população de dois milhões e setecentos mil habitantes.

Hoje, na parte da manhã, o presidente da Sanepar, nosso companheiro, Dr. Teixeira, juntamente com o governador Jaime Lerner, conseguiram romper a barreira da necessidade que tínhamos e que muitas outras Capitais continuam enfrentando, quanto à questão da contenção e do repasse da responsabilidade da falta d'água aos seus mananciais.

Hoje, passamos esse problema para as outras capitais; não temos mais esse problema de racionamento no nosso Estado do Paraná e assinamos, ainda, com o cônsul do Japão, um financiamento paralelo para investimento em mais três usinas que dão parceria na região metropolitana, não só na geração de energia, mas também na produção de água potável, de mais de duzentos milhões de reais para os próximos três anos.

Essa é uma notícia ao nosso Estado, à Capital do Paraná e a toda a região metropolitana.

Aproveitando, senhor presidente, que estamos refletindo sobre os acontecimentos na área de violência, trago um outro assunto que discutimos muito com o Con-

selho da Mulher Paranaense; com as empresárias do Paraná; com a delegada da Especial Delegacia da Mulher, que vai estar logo mais em nosso gabinete, mostrando alguns parâmetros da falta de orientação que temos, hoje, das mulheres, principalmente das adolescentes do Paraná.

Nos últimos três anos, meu companheiro, Jamur Júnior, das crianças nascidas aqui, no Estado do Paraná, 30% delas são oriundas de mães com menos de dezoito anos de idade. Crianças, muitas vezes, que não têm condições financeiras, psicológicas, questões paralelas familiares de conter até essa projeção da questão materno-infantil com precocidade extrema, muitas vezes trazendo um problema social diretamente em todos os municípios do Estado do Paraná, não apenas aqui em Curitiba ou região metropolitana.

Em cima disso, batemos também na questão da violência contra a mulher. A delegada está trazendo índices absurdos da Região Metropolitana de Curitiba, índices covardes que ocorrem em famílias que, muitas vezes, as mulheres não vão até as delegacias, por medo de serem repreendidas pela sociedade, que são isoladas muitas vezes pelas suas machucaduras, pelas suas lesões permanentes muitas vezes que levam, por terem, realmente, uma condição jurídica de se ampararem de uma maneira onde venham a separar radicalmente, o dolo que aconteceu dentro do seu lar, da questão do seu marido ou da questão da pessoa com quem essa mulher venha a viver.

Estamos também buscado um índice, que posso dizer que estou contestando porque é muito alto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. irá usar o Horário da Liderança do Governo? É isso?

O SR. CLEITON KIELSE

Do PFL.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Do PFL já terminou. São 5 minutos.

O SR. CLEITON KIELSE

Vou usar mais dois minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

O SR. CLEITON KIELSE

Em cima disso, na questão da necessidade de exame de DNA em nosso Estado.

Ficamos assustados, até pelo número de mulheres, crianças e adolescentes que muitas vezes procuram esse atendimento, que levam dez, doze, quinze anos, senhor presidente, para conseguirem esses seus exames.

Por isso, queria falar com a deputada, que tenho certeza tem esse problema muito sério dentro das suas cidades.

Nós estamos fazendo um projeto de lei autorizando o governo do Estado a criar a Secretaria Especial da Mulher.

Uma secretaria vislumbrada em todos os procedimentos de amparo jurídico, psicológico, no atendimento social, no amparo paralelo na defesa do Direito da Mulher, constituindo realmente, políticas públicas, estaduais e municipais, para que a mulher não venha a ser apenas a nossa companheira no momento do matrimônio, que, em seguida seja esquecida pela sociedade, quando combatida de alguma violência dentro do seu lar.

Nós queremos que ela tenha o direito de estar não apenas ao nosso lado, sendo profissional liberal, trazendo sustento.

Hoje, mais de 35% dos lares paranaenses, senhor presidente, são mantidos por mulheres. Mas que ela tenha os direitos também de avançar ainda mais, tendo uma Secretaria que será separada da Secretaria da Criança, separada da Secretaria da Justiça, separada das Secretarias que têm vínculo hoje com as secretarias que dão amparo indireto à mulher.

Que a Delegacia da Mulher tenha uma alta sustentabilidade, que tenha uma gama de profissionais habilitados para proteger imediatamente, a qualquer violência que ela venha a receber.

Estaremos em seguida a essa reunião, já entregando à sua mesa, senhor presidente, este projeto inédito no país, que hoje temos apenas uma prefeitura no Estado do Paraná que consegue gestionar e ancorar com muitos recursos para que as mulheres, principalmente, as mulheres que são sexualmente violentadas, tenham o amparo jurídico imediato.

Que não tenham que ter vergonha de ir a uma delegacia, vergonha de buscar um advogado mesmo sem ter dinheiro para pagá-lo, tendo que enfrentar a sociedade em seguida.

Por isso, vou convocar também entidades religiosas, o Rotary, o Lions do Paraná, os sistemas corporativos integrados na preocupação mútua da sociedade em termos direitos e deveres com as mulheres, mas, deixarmos que elas tenham realmente, os direitos que a Democracia impõe, que é a igualdade entre os sexos.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o deputado Algaci Túlio, pelo PSDB.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Nós acompanhamos aqui neste plenário, até este momento, discursos importantes falando da área da Segurança Pública.

Vimos o descontentamento do deputado Nereu Moura, com relação à não implantação da CPI para investigar o caso do deputado Tiago Amorim Novaes, os problemas dos crimes verificados em Curitiba, na região

metropolitana, com números extraordinariamente altos e não sou eu quem digo isso. O jornal "Gazeta do Povo" do último domingo traz números que nos assustam, nos apavoram, contrariando os números apontados um dia antes pela própria Secretaria de Segurança Pública.

Nós vemos, hoje, a preocupação de outros parlamentares, como o próprio deputado Cleiton Kielse, quando mostra a sua indignação pela violência praticada contra a mulher, contra jovens mães. Quer dizer, tudo isso para corroborar aquilo que nós, diariamente, "batemos" nos meios de comunicação, que os jornais diariamente publicam nas suas páginas: a situação grave pela qual passa Curitiba e especialmente a região metropolitana. São crimes e mais crimes!

Só para se ter uma idéia, senhores deputados, neste final de semana em Curitiba, quando as atenções estão todas voltadas ainda para a Copa do Mundo, nós tivemos sessenta e dois veículos roubados em Curitiba. Sessenta e dois veículos, deputado Luiz Carlos Alborghetti, roubados em Curitiba! Desses, quase vinte deles tomados em assalto. Diariamente registra-se o roubo de vinte e cinco a trinta veículos, sendo dez a quinze deles tomados em assalto à mão armada, no constrangimento ao cidadão, à mulher e à família.

Estes números realmente nos deixam preocupadíssimos, e é em cima disso tudo que eu, deputado Luiz Carlos Alborghetti, o deputado Ricardo Chab temos batido constantemente em uma cobrança. Eu até reconheço que o governo do Estado aplicou bastante na área da Segurança Pública, como viaturas, coletes à prova de bala, armamento. Tudo isso nós reconhecemos! Mas não aplicou, não investiu no homem, não investiu no cidadão policial, não investiu na ampliação do Quadro da Polícia Militar e da Polícia Civil que estão aí já superados há muito tempo e a cidade, a região metropolitana cresceu extraordinariamente!

Então, senhor presidente e senhores deputados, é bom que se venha a plenário falar da Segurança Pública, que não fique apenas na palavra deste parlamentar que é um homem que há trinta anos lida nesta área, que não fique na voz do Ricardo Chab, do Luiz Carlos Alborghetti, mas que outros parlamentares também venham dizer, como disse hoje o deputado Kielse, da sua preocupação com a violência praticada contra a mulher. Isto é importante, é positivo para mostrar que não se trata de uma oposição ao secretário da Segurança Pública, mas se trata de uma constatação do dia-a-dia da violência que assusta, que amedronta a família paranaense, que não tem mais sossego ao sair da sua casa e nem mesmo dentro da sua casa. Nem mesmo dentro da empresa o cidadão tem a segurança, porque é assassinado lá dentro. Temos como exemplo o padre assassinado dentro da Casa Paroquial lá em Matinhos!

Quer dizer, tudo isso mostra na verdade, a violência que toma conta da nossa Curitiba e da nossa Região Metropolitana. Então, senhor presidente, é preciso fazer uma reflexão com relação à questão da Segurança

Pública. Eu volto a afirmar: reconheço que este governo investiu na área da Segurança Pública, mas esqueceu de investir no homem, no policial, no cidadão que está aí enfrentando a dureza de sete anos sem um aumento salarial, de ver a família em casa passando necessidade, mas ele precisando cumprir o seu dever de homem que trabalha, que cuida da Segurança Pública do nosso Estado.

Concedo um aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Algaci Túlio, ouvi atentamente o seu pronunciamento e lhe acompanho já há mais de dez anos nesta Casa e sei da sua preocupação com relação à questão da segurança de forma geral e principalmente com relação à violência contra a mulher.

Agora, eu não posso, de forma nenhuma, concordar com aqueles que dizem que o governo Jaime Lerner se preocupa com a violência contra a mulher, até porque a maior demonstração disso são os vetos que o governo tem feito nesta Casa inibindo todas as iniciativas feitas pelos senhores parlamentares, independente de ser de Situação ou de Oposição. Se recordarmos os projetos autorizatórios que criam Delegacias da Mulher são vetados pelo governador Jaime Lerner, um verdadeiro desrespeito à mulher do Estado do Paraná e também um desrespeito aos senhores parlamentares, que, logicamente, levando as aspirações e as preocupações das suas bases, das suas regiões, apresentam os projetos aqui na Casa.

Mas, eu tenho sentido, e faço questão aqui que fique registrado, que não há a menor preocupação por parte do secretário de Segurança Pública e por parte do governador Jaime Lerner com relação à segurança da mulher no Estado do Paraná!

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, deputado Cezar Silvestri!

Lembrando, que nada mais, nada menos, 18 mulheres mortas, assassinadas brutalmente na região de Almirante Tamandaré.

Senhor presidente, concluo só para agradecer ao presidente da Assembléia - Hermas Brandão, que ontem recebeu o meu requerimento pedindo para que se abrisse também um espaço democrático para que as entidades ligadas aos servidores públicos do Estado do Paraná pudessem, da mesma forma que usou ontem o secretário de Administração, pudessem eles também usar a tribuna do outro lado para expor as suas preocupações e até as suas sugestões a nós, parlamentares que vamos ter a responsabilidade de fazer, evidentemente, as melhorias necessárias ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, abrindo espaço para a Maria Cristina Lacerda, do Sindisaúde; ao Roberto Andrade e Silva, do Sindiseab; à Norma Ferrari, representante dos aposentados e pensionistas do Conselho de Administração da Parana Previdência; à Sandra Duarte,

do Sindicato do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, é o primeiro passo que se dá nesta Casa.

Eu, ontem, propunha também que, além de se abrir o espaço aqui, que se crie um fórum de debates ou se utilize a Comissão de Constituição e Justiça que é quem vai dar o parecer pela legalidade, pela constitucionalidade de toda essa questão do servidor público do Estado do Paraná.

É um bom momento para a Assembléia fazer, dar uma grande contribuição na melhoria deste projeto, desta mensagem do governador do Estado do Paraná, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças do PTB.

Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Nereu Moura, algumas falácias do deputado não concordo, outras eu concordo com número, gênero e grau. Agora, senhores, a Comissão de Segurança Pública deste Parlamento esteve reunida por duas vezes, com duas testemunhas, presidida pelo deputado Ricardo Chab, com a minha participação, do deputado Algaci Tulio, do deputado Pastor Edson Praczyk, do deputado Renato Gaúcho, deputado Orlando Pessuti e outros convidados.

O primeiro depoimento comentava-se sobre o crime organizado na região de Cascavel, ouvi atentamente, eu tenho o hábito de gravar, escrever; as taquígrafas estavam presentes, foram retiradas, deixaram o gravador, elas são testemunhas ocular do que aconteceu nesta tarde.

No segundo depoimento, realmente, as minhas pernas balançaram porque não ficou ninguém, só ficou eu, o Chab, e o deputado Algaci. Eu olhando para o Chab, o Chab olhando para mim, eu olhando para o Algaci, o Algaci olhando para mim e o promotor, Dr. Delazari.

Naquele encontro ali, quem estava presente é uma testemunha que não está presa, filho de uma família tradicional, o deputado Algaci sabe, de Santa Felicidade, o que ele narrou naquela tarde balançou o presidente da Comissão, o deputado Chab, balançou.

V. Exa. há de convir comigo, V. Exa. balançou. Eu balancei, o deputado Algaci balançou no depoimento. Inclusive ali, depoimento do encontro com o Balaio(?), que a situação de Cascavel já estava acertada, quer dizer, o Tiago já tinha sido assassinado, depois mais para a frente a morte, a encomenda da morte do delegado Bradock, está tudo gravado com as taquígrafas, tudo gravado, eu gravei, eu balancei. Quando ele citou o nome de um policial que mata rindo, ali todo mundo balançou. Aí eu virei para o promotor, Dr. Delazari e falei - olha, nem

o deputado Algaci, nem o deputado Chab, nem o deputado Alborghetti, nem o deputado Orlando Pessuti, que sentou lá, deputado Edson teve compromisso saiu, mas ele ouviu, tanto é que o deputado Edson Praczyk, eu não vou citar a parte que V. Exa. fez, com muita propriedade, trouxe um algo e nós fizemos uma série de acareações, não vou citar, que isto é reservado do Ministério Público, não sou louco eu de citar isto, mas gostei da atitude do deputado Edson Praczyk quando trouxe algo, entendeu, porque um cidadão adentrou a Assembléia aqui, bonito, bem vestido, pegou um carro aqui no estacionamento, aí na frente ainda do deputado Edson Praczyk, falei - vocês foram almoçar na Churrascaria Devon's - ele: - Não - aí fui apertando e ele caiu em contradição, deputado José Maria, eles tinham ido almoçar aqui na Rodovia dos Minérios para contratar a morte do delegado Bradock e ainda disse coisas que eu não vou citar aqui - foi aí que eu balancei, aí eu balancei, o Algaci balançou, todo mundo balançou, eu fiquei apavorado, eu falei, eu não quero morrer, não vou morrer, o Algaci não vai morrer, o Chab não vai morrer, o deputado Renato Gaúcho não vai morrer, nem o Edson, ninguém.

Acabou ficando, como sempre, eu, o Chab e o Algaci com um pepino desse tamanho nas mãos e um promotor público e o Pessuti correu lá para o fundo, correu no bom sentido, ficou ouvindo de longe e eu, Deus me perdoe, o que é isso? Não quero saber disso, não. Eu também falei. Aí eu virei, deputado Anibelli, para o promotor e disse o seguinte: Dr. Delazari, eu não sou policial, o deputado Ricardo Chab não é policial, o deputado Algaci não é policial, o deputado Pessuti não é policial, o deputado Edson não é policial, a deputada Luciana não é policial, ilustre promotor, Dr. Delazari, o senhor está com dois depoimentos nas mãos que são escabrosos e alguém vai matar mais alguém aqui dentro deste Parlamento, o senhor tome as providências. Aí eu e o Chab pegamos a testemunha, colocamos um cobertor nele, colocamos ele dentro de um carro, falei abaixa aí, cara, que você está com o couro encomendado, tiraram ele da Assembléia correndo.

No outro dia, às duas horas ele foi ao Ministério Público, acrescentou muitas coisas a mais, e foi aí que eu tremi na base. Eu falei: olha, com todo o respeito, o Parlamento do Paraná não é policial, nenhum dos 52 deputados estaduais vão prender ninguém, nem as duas senhoras deputadas que estão neste Parlamento vão prender ninguém, Dr. Delazari, em nome da família deste Parlamento, todos têm famílias, o senhor está com dois depoimentos macabros, o senhor tem tudo para tomar providências, convoque a Polícia Federal de São Paulo, de onde o senhor quiser, ponha a P2, o senhor está com a Promotoria de Investigações Criminais, a Dra. Maria Tereza, dá para vocês fazerem uma operação gigantesca e tirar a máscara de muita gente, fazer lavar a cara e provar quem encomendou a morte do Bradock, quem matou o Tiago Amorim. Isso ninguém me tira que foi o "Balaio" que foi lá e matou o Tiago Amorim sobre uma enco-

menda e recebeu uma grana violenta, quem pagou eu não sei, contou outro assassinato, contou uma série de coisas, me deixou apavorado, o depoimento do protético, inclusive o repórter João Leite, da Gazeta do Povo narrou mais ou menos, nós estamos com o restante do depoimento, o segundo depoimento me deixou também bastante apavorado, e depois que ouvi tudo isso, não é missão deste Parlamento desmascarar os canalhas, os vagabundos, os ordinários. Tanto é que eu tive uma aula, senhores, eu e o Algaci, pergunta para ele, pelo amor de Deus, eu não estou mentindo aqui.

Como é que se rouba carro na Capital, quais os carros que são roubados?

Deputado, o rapaz entregou! Veja bem o que eu vou falar aqui, não vou citar nomes que eu não vou sair e ser assassinado aqui na porta.

Veja bem, o deputado Marcos Isfer também tremeu, como eu tremi. Não, ele não escondeu, ele sentou lá no fundo, o deputado Pessuti, ficou vermelho com aquilo que ouviu e depois nós conversamos, ele falou: Deus me perdoe, o que eu estou ouvindo aqui é coisa do Capeta, e o menino estava mentindo, aí o Marcos Isfer me ajudou a desmascarar o menino!

Agora veja bem, como se rouba carro, não vou dizer quem vem pegar os carros roubados na capital: não roubaram uma Ferrari no Batel porque não deu certo o esquema para roubar, mas ela está prometida para roubar, ia ser roubada na quinta-feira passada. Então, quais são os carros que eles roubam? Eles roubam Suzuki a diesel, BMW, Audi, Mercedes, Kylux.

Sabe como é que eles levam os carros? Os carros saem daqui até a divisa de Cascavel, aí vêm cinco autoridades, que eu não vou dizer, porque eu não quero morrer, com aquele negócio que brilha em cima, giroflex, com decalque, coloca nas portas dos carros, põe um giroflex em cima e, quem é que vai parar esses homens na estrada? Aí levam todos os carros para o Paraguai. Sabe por quanto é vendido no Paraguai, deputado Augustinho? 30.000, 20.000, 50.000, 40.000 é o preço maior. O senhor já imaginou vender uma BMW por 40 mil, uma Mercedes? Bom, isto é o que está no relatório do Ministério Público, então não cabe a nós, cabe ao Ministério Público, cabe à P2, à Polícia Federal, desmascarar esse esquema violento desses dois depoimentos. Está na mão do deputado Algaci; está na mão do deputado Chab, está nas minhas mãos e está nas mãos das taquígrafas desta Casa, que estão no Parlamento.

O deputado Valdir Rossoni esteve em Cascavel e conversou com a família do deputado Tiago Amorim e a família pediu “pelo amor de Deus, esqueçam essa CPI, porque vão querer destruir a vida do meu irmão e destruir a vida da minha família”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Valdir Rossoni, **devidamente apoiado**, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Fernando Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de Reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte Região Metropolitana de Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDAS DO COPTC. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 194/2002

Emenda modificativa ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 194/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 011/2002, conforme redação a seguir:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de Reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte - Região Metropolitana de Curitiba, assim entendida aquela instituída pela Lei 6.517 de 02 de janeiro de 1974 e alterações posteriores”.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(aa) RICARDO CHAB, ALGACI TULIO, LUIZ ACCORSI, NEIVO BERALDIN, CARLOS SIMÕES, EDSON STRAPASSON, MARCOS ISFER e HERMES FONSECA.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado.

O SR. TONY GARCIA

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. MARCOS ISFER

Solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à chamada nominal. Solicito do senhor 1º secretário, Nelson Tureck, para que proceda a chamada nominal dos deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. CLEITON KIELSE (**Pela Ordem**)

Gostaria só de registrar a presença da delegada titular da Mulher, Dra. Darly Rafael, juntamente com sua escrivã e que nos traz dados assustadores da Delegacia da Mulher.

Entre 2000 e 2001, totalizaram 13 mil atendimentos na Delegacia da Mulher. Por isso essa Secretaria Especial da Mulher a nível estadual é muito importante, deputado Zuk.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está devidamente registrado. Responderam à chamada nominal, 28 deputados.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Quero fazer a justificativa de voto.

Este é um projeto de suma importância para a Região Metropolitana de Curitiba; somos o relator desta matéria na Comissão de Constituição e Justiça. Neste ponto, queremos louvar a atitude do governador do Estado - Jaime Lerner, da prefeitura Municipal de Curitiba,

dos 14 municípios que integram a Região Metropolitana, e neste momento, damos um passo gigantesco, um passo importante. Eu que represento esta Casa junto ao Plano de Integração da Região Metropolitana e já discutimos esta matéria, esta questão é, sem dúvida alguma, salutar, é importante, valeu o esforço da Bancada de Oposição e da bancada independente desta Casa, mesmo com os votos contrariados de outros deputados, mas o que importa? Não se trata de uma disputa entre interior e região metropolitana.

Todo mundo sabe que muitas cidades do interior do Estado estão esvaziando e estão aqui inchando as cidades da região metropolitana, a cidade de Curitiba. Por isso, há muito tempo já se fazia necessário um investimento na região metropolitana para que pudéssemos melhorar a condição de vida do cidadão que mora na Fazenda Rio Grande, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, São José dos Pinhais. E isso acontece agora, por isso eu insisti aqui, durante duas semanas, para que os parlamentares viessem ao Plenário para votar. Não se trata de uma disputa entre Situação e Oposição, mas de uma disputa de interesse pela cidade de Curitiba e região metropolitana.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Justificativa de Voto**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero justificar o meu voto a favor deste projeto. Eu já tinha votado a seu favor na CCJ, na 1ª discussão, em plenário, e voto hoje, em 2ª discussão, porque entendo que, se nós reivindicamos obras e recursos para o interior, também para a região metropolitana os recursos devem ser por nós aprovados, quando plenamente se justifica a aplicação dos mesmos. É lógico que se fossem recursos que não tivessem justificativa plena e aceita por todos nós, não votaríamos a favor.

Agora, mais do que ninguém, nós que temos andado por Curitiba, seus bairros e pela região metropolitana, visitando nossos amigos, parentes, companheiros que vieram do interior e se instalaram na região metropolitana de Curitiba, sabemos da necessidade que tem em se instituir uma integração correta do transporte metropolitano. É lógico e necessário que isso se faça. Por essa razão, na condição de deputado do interior, mas que conhece um pouco as necessidades da região metropolitana, nós votamos a favor, e temos certeza que este é o pensamento da Bancada do PMDB e de toda a Oposição.

É necessário também que se registre que dos 28 parlamentares que deram quórum para aprovação desse projeto, se não me falha a memória 16 são da Oposição, e apenas 12 integram a Bancada do Governo. Se a Bancada da Oposição tivesse se retirado do plenário, mais uma vez não teria sido aprovado este projeto.

Então, que fique claro que a oposição que fazemos é uma oposição crítica, programática, que tem consciência que quando o assunto precisa do nosso apoio ele tem, e quando precisa do nosso contraditório também ele tem.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Justificativa de Voto)

Senhor presidente, esse projeto que fala da região metropolitana de Curitiba, na verdade a Comec, da qual eu era prefeito naquela época, teve início no governo Álvaro Dias, que, sabendo das dificuldades da região metropolitana, elaborou um projeto, através da Comec, e encaminhou para a Caixa Econômica Federal, que demorou para a liberação desse recurso. Passaram-se todos esses anos e agora o projeto chega à Assembléia, através de um financiamento do BNDES! Ora! Sou vice-prefeito do município da região metropolitana. Jamais ficaria omissa e deixaria de comunicar e de pedir aos companheiros da Bancada do Governo, para que um projeto dessa grandeza não passasse por falta de quórum dos meus amigos e companheiros deputados do governo!

Alguns deputados da Bancada do Governo pediram outras informações, não chegaram. Não via Assembléia; via particular, inclusive o deputado Luiz Carlos Martins fez algumas indagações que aqui não chegaram. Mas, agora nós estamos aqui com o presidente da URBS, pois se trata de um projeto da região metropolitana no setor de transporte rodoviário, que há minutos antes trouxe algumas informações a nossos deputados da Bancada do Governo.

Então, não existe por parte dos deputados da Situação algum impedimento para que o governo não consiga realizar um projeto iniciado pelo governador Álvaro Dias. E era prefeito naquela época e eu sei o quanto trabalhávamos para isso.

E hoje quero dizer aos nossos companheiros de Oposição, inclusive o deputado Algaci Tulio, que parece que queria conduzir, ou conduziu, para que ficasse aqui nos Anais da Assembléia, que nós do Governo somos contra o projeto, na verdade não somos contra. Na verdade sou vice-prefeito da região metropolitana, e um deputado que conseguiu aqui, no meu mandato, colocar Quitandinha, Agudos do Sul, Lapa e Tijucas do Sul na região metropolitana.

Então, parece-me que tenho autoridade suficiente pelo meu trabalho aqui dentro da Assembléia, como representante total voltado para a Região Metropolitana de Curitiba. Isso não quer dizer que a gente não atenda outros municípios.

Então, era essa a minha colocação, de dizer que realmente conversando com meus companheiros deputados, que dão apoio ao Governo, a única coisa que estávamos querendo, e que a Comec demorou; agora mesmo estava telefonando para eles. Era no sentido de algumas informações aos nossos companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Apenas para justificar, senhor presidente, o porquê da importância desse projeto. Já ouvi o deputado Geraldo

Cartário, já ouvi o Ricardo Chab, deputado Algaci, enfim, os deputados da região metropolitana sabem da importância desse projeto, que tira o transporte coletivo, que muitas vezes passa por dentro de Curitiba, dentro de uma cidade para outra, desviando, criando novas condições também, de termos terminais de transporte mais dignos para a nossa população da região metropolitana, principalmente fazendo com que o cidadão que hoje mora na região metropolitana, que não tem segurança, como já ficou muito claro aqui nesta Casa, como ficou claro com os crimes de Almirante Tamandaré, que até hoje continuam sendo apurados. O cidadão da região metropolitana que muitas vezes não tem condições de saúde, não tem condições, não tem aporte por parte do Governo do Estado, passe a ter, pelo menos na área de transporte, respeito por parte do governo do Estado.

Nós nos somamos ao voto para aprovação desse projeto, por sabermos da sua importância, por sabermos da necessidade.

Presentes Dr. Frieg, Dr. Paulo aqui hoje conosco; demonstra que este é mais um projeto que vem somar, para que a região metropolitana seja contemplada. Sem sombra de dúvida é um projeto meritório, tenho certeza que nós aprovamos em todos os momentos que ele veio a esta Casa e continuaremos a dar o nosso apoio.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, gostaria de posicionar o meu voto favorável ao projeto, mais uma vez pedir aos companheiros desta Casa que votem favoravelmente à minha emenda que será votada em separado, porque contempla Quatro Barras, que é município da região metropolitana, porque tem havido inclusive um esquecimento por parte da Comec, segundo visita que fiz à Comec, ao Dr. Paulo.

Então, é importante só salientar isso, e acho que é um projeto, como já foi dito pelos deputados Isfer, Algaci Tulio e todos os deputados da Região Metropolitana que têm votos em Curitiba e região metropolitana, de suma importância e necessidade.

Só isso que gostaria de dizer, e mais uma vez, destacar minha emenda em separado.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Só para dizer, senhor presidente, com todo respeito que tenho por V. Exa., que em respeito aos vinte e nove mil votos que fiz na Capital e Região Metropolitana, jamais deixaria de votar, em respeito aos meus eleitores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor presidente, não apenas ratificando todos os demais parlamentares que mostraram que conhecem, que trabalham e que são deputados, também, de Curitiba e região metropolitana, fazemos um comparativo infeliz para o Estado do Paraná, que isso é genérico a todo país.

Hoje, a capital e a região metropolitana têm a composição de três milhões de habitantes, ao contrário de 1978/79, quando tínhamos o inverso. Com isso, vocês imaginem o diferencial da dificuldade de transporte, principalmente, em Fazenda Rio Grande, em Pinhais, que cresceram nos últimos dez anos mais de 1.500%. Fazenda Rio Grande que dificilmente passaria, naquela época, se verificasse o número populacional exato, que não chegava a 5.000 habitantes, passa, hoje, de cem mil.

Hoje, Pinhais, que estivemos cedo, passa de cento e quarenta mil habitantes.

Por isso, esse projeto tem que ser parabenizado, em parceria, não apenas com a diretoria da Comec, com a URBS, com todo o empenho dos diretores-técnicos que formataram esse projeto de assistência à vazão do que temos, hoje, de congestionamento em alguns horários de pico, para que, possivelmente, em um ano, um ano e meio, tenhamos, realmente, uma Região Metropolitana muito mais oxigenada, senão logo, vamos estar parecidos com São Paulo; vamos estar com filas de Curitiba até Piraquara; de Piraquara até Campina; de Campina a Colombo, e assim por diante.

Seria isso, presidente, aprovado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Queria somente, senhor presidente, justificar que na chamada nominal eu estava no meu gabinete, descendo, e não foi possível chegar para votação, mas já tinha votado, favoravelmente.

Quero cumprimentar aqui a Região Metropolitana de Curitiba, com quem tenho convivido nesses últimos três anos e meio que estou aqui como deputado, e dizer que na verdade, esse mérito é da capacidade de endividamento não só do Estado, mas do município de Curitiba, que tem proporcionado a essa empresa fazer esse contrato que é muito importante para a viabilidade do plano viário de Curitiba e Região Metropolitana.

Quero dizer que essa felicidade, eu que sou da segunda maior região metropolitana do Estado, que é a nossa região metropolitana, que existe apenas no papel e que não temos ainda a oportunidade de participar de uma situação dessas, embora, já estamos estudando a questão da viabilização do plano viário de Londrina e região metropolitana, pois também está ficando caótico.

Nós temos lá esse percentual, que bem falou o deputado Kielse, uma proporção semelhante de desenvolvimento da região, embora aqui na Capital haja esse crescimento e que há uma preocupação de todos nós com a

questão da viabilidade do plano viário, não só aqui de Curitiba, mas também da minha Região Metropolitana de Londrina.

Quero dizer mais, isso vai dar inclusive a grande chance para que Curitiba comece, realmente, a levar a sério a construção do metrô para melhoria do transporte coletivo, porque a partir do momento que se altera o transporte coletivo, melhora o transporte coletivo, melhora, também àquele que faz o seu transporte individual, o seu carro, um instrumento de trabalho tão necessário nessa fase difícil que vivemos de tempos bicudos da economia.

Eu já votei em primeira votação, vou estar aqui para aprovar as emendas, se necessárias forem, e dizer que fico extremamente feliz porque nós estamos dando um aval à Assembléia Legislativa, na preocupação da melhoria da qualidade de vida de toda a população metropolitana porque o transporte coletivo é melhoria de qualidade de vida para todo mundo sem estresse com mais velocidade e sobretudo, para poder desenvolver melhor esse relacionamento, que há a necessidade, que quase não vemos nos grandes centros, um matando o outro por causa do trânsito.

Só para justificar também a minha colocação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Durval Amaral, para encaminhar as emendas.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Tendo em vista o teor das emendas, eu encaminho favoravelmente à aprovação de todas elas, para não somente os nosso deputados que dão sustentação política ao Governo e também apelo aos deputados de Oposição para que possamos aprovar todas as emendas apresentadas a esse projeto de lei.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vamos à votação das emendas.

Emenda Auditiva ao Projeto de Lei nº 194/2002.

Do deputado Edson Strapasson.

“Acrescenta-se ao projeto de lei, o artigo 8º com a seguinte redação:

Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

Emenda nº 2, Emenda Substitutiva da Comissão de Transportes: substitui o artigo 7º do Projeto de Lei 194/2002: “Fica vedada a utilização de recursos oriundos de operações de crédito através de financiamento ao Programa de Integração do Transporte Coletivo prevista nesta lei, para investimentos e aquisição de veículos de transporte coletivo.

Em votação. **Aprovada.**

Também Emenda da Comissão de Transporte substitui a redação do artigo 6º do Projeto de Lei nº 194/2002, passando a ter a seguinte redação: “Artigo 6º Financiamento do Programa de Integração do Transporte Coletivo de que trata esta lei, obrigatoriamente priorizará investimentos na implantação de vias estruturais e construção, ampliação e reformas de terminais de transporte coletivo nos municípios de maior população e menor capacidade de investimento da Região Metropolitana de Curitiba.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

Emenda de Plenário. Emenda Modificativa ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 194/2002, conforme redação a seguir: “Fica o Poder Executivo autorizado a firmar operação de crédito interno até o valor de cem milhões de reais junto ao BDNS para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte da Região Metropolitana de Curitiba, assim entendida aquela instituída pela Lei 6517 de 02 de janeiro de 1974 e alterações posteriores. Sala de Sessões, 28 de maio de 2002”.

Em votação. **Aprovada.**

O Projeto irá à 3ª Discussão.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que autoriza a construção de Usina Termoelétrica no município de Carambeí. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2002, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros, que incentiva o recolhimento de impostos estaduais em atraso e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Ontem foi apresentado um requerimento tirando esse projeto por uma Sessão e combinei com o deputado Ademar Traiano, que hoje estaria fora da pauta e volta amanhã.

Combinamos com o deputado Hermas Brandão que estava presidindo a Casa.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Na verdade, nós costuramos um entendimento ontem com o deputado Nereu Moura, líder da Oposição e o projeto deve retornar no dia de amanhã. Já foi feito o requerimento e aprovado no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está retirado o projeto para que volte amanhã na Ordem do Dia.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 009/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor doutor Edgard Antonio Lippmann Júnior. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2001, de 19.02.2001).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 215/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Agricultores da Linha Caravágio, com sede e foro no município de Palotina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/2002, de 11.04.2002).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 331/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual O Clube de Mães Sol Nascente, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2002, de 15.05.2002).**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/2002, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$482.763,00, ao vigente orçamento da Secretaria da Segurança Pública, aprovado pela Lei nº 13.386, de 21.12.2001, visando realizar obras para o sistema penitenciário estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/2002, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação de Bairros Bela Vista e Jardim Moreira, com sede no município de Maripã e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual IV Centenário - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Quarto Centenário e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade

Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Rancho Alegre- Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Rancho Alegre D'Oeste e foro em Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2002, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Servidores Públicos - APSEP, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Nodari II- Asmovi, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agropecuaristas de Marco Três, com sede no município de São Pedro do Iguaçu e foro no município de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2002, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a APMI do município de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/2001, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu o imóvel conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 13.08.2001 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 343/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Governo do Estado a doar ao município de Foz do Iguaçu, imóvel naquela cidade.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, nada encontrou que pudesse obstar o trâmite deste projeto pelas demais comissões desta Casa e posterior discussão e votação em plenário.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável à proposta em tela.

Sala das Comissões, em 13.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 686/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a isentar de tributos as categorias que menciona e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E ESP. **(Publ. no DA nº 190/2001, de 10.12.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 686/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 686/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a isentar de tributos as categorias que menciona e dá outras providências.

O projeto em questão atende à reivindicação da classe policial do Estado do Paraná que pleiteia, através da Assembléia Legislativa, isenção de todos os tributos estaduais para aquisição de veículos populares pelos policiais militares, civis e bombeiros, da ativa ou inativos, reformados ou aposentado, desde que para uso próprio.

Sob o aspecto de constitucionalidade e legalidade o projeto encontra-se em condições de receber parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 686/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do deputado Hermas Brandão, autoriza o Poder Executivo a isentar de tributos as categorias que menciona e dá outras providências.

O presente projeto, busca corrigir uma das dificuldades impostas pelos baixos salários da categoria policial que não conseguem manter um padrão de vida razoável.

Por isso, esta Comissão, chamada a se manifestar, considera que nada há que possa obstar a tramitação deste projeto.

Diante do quê, somos de parecer favorável;

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 686/2001

P A R E C E R ;

A presente proposição, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a isentar de tributos as categorias que menciona e dá outras providências.

Aplicada no Estado do Rio de Janeiro, através da Lei nº 3.561, de 21 de setembro de 2001, trouxe enormes benefícios aos policiais militares, civis e bombeiros.

Chamada a opinar, a Comissão de Segurança Pública acompanha os pareceres favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 686/2001.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.08.2002.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1640, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada e o arquivamento do projeto. **Aprovado.** Fica portanto, retirado e arquivado o Projeto de Lei nº 686/2001.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, que complementa a Lei nº 4.763, de 05/11/63, alterada pela Lei nº 13.426, de 07/01/2002. (pensão). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 056/2002, de 08/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 299/2002

P A R E C E R ;

O Projeto de Lei nº 299/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, altera a redação da Lei nº 4.763, de 05/11/63, alterada pela Lei nº 13.426, de 07/01/2002.

A Lei nº 4.763/63, dispõe sobre a concessão de pensão mensal à viúva de deputado estadual e no artigo 4º, em razão de morte ou mudança de estado civil, a pensão é revertida aos filhos menores incapazes e filhas solteiras, sem rendimento próprio, enquanto permanecerem nesse estado.

Não admite a Constituição Federal distinção entre os filhos, havidos ou não no casamento, conforme redação do parágrafo sexto do artigo 227 que transcrevemos:

“Art. 227 - ...

§ 6º - Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

Dessa forma, inconstitucional e injusta é a exclusão do pensionamento aos filhos de deputado estadual,

que não sejam frutos de relacionamento estável ou casamento. Pretende a matéria em análise corrigir essa grave falha.

É necessário, contudo, emenda corrigindo a técnica legislativa, haja vista que correção ou complementação à lei é considerada lei nova, segundo a Lei de Introdução ao Código Civil.

Isto posto, emitimos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 299/2002, na forma da emenda anexa, destinada à correção de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 299/2002

Art. 1º - O artigo 4º da Lei nº 4763/63, alterada pela Lei nº 13426/2002, passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º - Por falecimento da beneficiária ou mudança de estado civil, reverterá a pensão em favor dos filhos menores de vinte e um anos e não emancipados, e aos definitivamente inválidos ou incapazes quando a invalidez for adquirida até a sua maioridade.

§ 1º - A reversão em favor dos filhos opera-se de imediato caso o deputado estadual não seja casado ou mantenha relação estável.

§ 2º - O benefício será concedido a contar da data da formalização do pedido pela parte interessada.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 15 (quinze) de dezembro de 2001.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/2002, de autoria do deputado Nereu Moura e outros, que cria Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Estado do Paraná, para investigar o crime organizado, assassinatos do deputado Tiago Amorim Novaes, e da Região Metropolitana de Curitiba, composta por 07 (sete) membros, e com prazo de duração de 120 dias, com base nos termos do artigo 122, § 2º, III do Regimento Interno desta Casa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 055/2002, de 07/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2002

P A R E C E R ;

O Projeto de Resolução nº 009/2002, de autoria do deputado Nereu Moura e outros, cria Comissão Parla-

mentar de Inquérito (CPI) no Estado do Paraná, para investigar o crime organizado, assassinatos do deputado Tiago Amorim Novaes, e da Região Metropolitana de Curitiba, composta por 07 (sete) membros, e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, com base nos termos do artigo 122, parágrafo 2º, III do Regimento Interno desta Casa.

No âmbito da competência da Comissão de Constituição e Justiça, qual seja, a análise da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, observa-se de pronto que a matéria em análise fere o Regimento Interno em diversos aspectos, os quais passamos a indicar:

1 - o parágrafo quinto do artigo 118 do Regimento Interno - “as proposições deverão ser seguidas das justificativas sucintas...” - O projeto de resolução se refere a diversos fatos, mas a justificativa trata somente da questão relativa à morte do deputado Tiago Amorim - fica a dúvida sobre qual será o fato determinado a ser investigado;

2 - o fundamento para a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito não é só o artigo 122, parágrafo 2º, III, do Regimento Interno, mas também o artigo 36 do Regimento Interno;

3 - segundo dispõe o artigo 36 do Regimento Interno, é necessária a indicação de “fato determinado” e a matéria em análise indica dois fatos independentes, quais sejam, a morte do deputado Tiago Amorim e o crime organizado na Região Metropolitana de Curitiba;

4 - tratando-se de dois fatos independentes, o projeto de resolução fere o disposto no parágrafo segundo do artigo 124 do Regimento Interno - “nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra” - o tratamento dado às investigações é diferente, porque as circunstâncias até agora conhecidas são diferentes;

5 - não podem os dois fatos serem investigados como se fossem um só fato. A falta de objetividade tem sido a causa maior da descentralização e da ineficácia das investigações parlamentares.

Segundo a redação do parágrafo quarto do artigo 124 do Regimento Interno, “não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

A Constituição Federal, no artigo 58, parágrafo 3º, é taxativa quando diz que o fato deve ser determinado. Na obra Comentários à Constituição de 1988, J. Cretella Jr., explica que deve recair “a investigação apenas sobre eventos que se relacionem numa sucessão encadeada de causa e efeito”.

A exigência do devido processo legal destina-se a garantir pessoas, órgãos e entidades contra a ação arbitrária do Estado e a colocá-las sob a imediata proteção das leis e da Constituição. Não pode a Assembléia Legislativa ver a formação de comissão em desacordo com o Regimento Interno e com a Constituição Federal, para que este trabalho não caia no descrédito e possa a qual-

quer tempo ter o respectivo funcionamento questionado por via judicial.

Contudo, apesar dos problemas regimentais e constitucionais apresentados pelo Projeto de Resolução 09/2002, considerando a importância dos temas expostos e o devido respeito à memória do parlamentar assassinado, evitando prejuízos à tramitação do projeto de resolução em regime de urgência, emitimos parecer favorável à tramitação da matéria, na forma do Substitutivo anexo.

Cabe salientar que os demais fatos citados podem ser objeto de novo projeto de resolução, dessa vez conforme especifica o regimento interno.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2002

Art. 1º - Fica criada Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, exclusivamente, o assassinato do deputado estadual Tiago Amorim Novaes, 33 anos, ocorrido em 18 de dezembro de 2001, na cidade de Cascavel, às 21 horas, na Rua Mato Grosso, 1680, em frente ao edifício Ile de France.

Parágrafo Único - A Comissão de que trata este artigo será composta de sete (07) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, na forma dos que prescrevem os artigos 36 e 122, parágrafo 2º, III, do Regimento Interno.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Em votação

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, como estamos votando em 1ª discussão, e em 1ª discussão se discute a constitucionalidade da proposta, e como o projeto de resolução em pauta passou pela Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Antonio Carlos Belinati fez uma Emenda Substitutiva Geral equacionando o projeto, tornando-o plenamente constitucional...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para não ser deselegante com V. Exa., apenas comunico que estou passando o lugar ao nosso ilustre presidente.

O SR. DURVAL AMARAL

Então, como me parece que a constitucionalidade está perfeita e seria um contra-senso votar, neste momento pela inconstitucionalidade da matéria, porque ela está adequada ao que diz o nosso Regimento Interno e

à própria Constituição, estou recomendando aos nossos deputados da Base, sem prejuízo de em 2ª discussão apreciarmos o mérito, porque isto realmente será o nosso entendimento, apreciarmos o mérito da matéria em 2ª discussão e votação, estou recomendando aos nossos deputados para que votem favoravelmente à constitucionalidade deste projeto.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação. **Aprovado.**

O projeto foi **aprovado** em 1ª Discussão.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Só para convidar, já que o Plenário está esvaziando neste momento, os integrantes da Comissão que trata do caso da Renault e dos cegonheiros, para que compareçam à sala das Comissões, logo em seguida à Sessão do Plenário, para que possamos discutir e decidir uma posição a ser tomada: os deputados Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, Strapasson, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Neivo Beraldin, para que possamos, então, fazer a reunião em seguida.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1587, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1590, de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1624, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1625 a 1627, de autoria do deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1637, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1643, de autoria do deputado Iri-neu Colombo, com apoioamento da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1648 e 1668, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1650, de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1651, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1653, de autoria dos deputados Augustinho Zucchi, José Maria Ferreira, Wal-dyr Pugliesi, Marcos Isfer e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1657, 1694 e 1695, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1658, de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1663, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1664 e 1675-A, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1667, de autoria do deputado Iri-neu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1673, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1674 e 1679, de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1678, de autoria do deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1686, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1688 a 1692, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1697, de autoria do deputado Sérgio Spada, com apoioamento dos deputados Nelson Tureck, Edno Guimarães, Luiz Fernandes da Silva Litro, e demais deputados, constante do expediente. **À Diretoria de Apoio ao Plenário, para informar a situação do referido projeto de lei.**

Requerimento nº 1586, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os senhores parlamentares que aprovam o requerimento do deputado Nereu Moura, queiram levantar-se.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Qual o teor do requerimento senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao nosso 1º secretário, deputado Nelson Tureck, a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(**Procede à leitura do requerimento**)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Para discutir o requerimento senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação, porque já foi adiada.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, em 19 de junho de 2001 nós aprovamos aqui um requerimento que versa sobre este mesmo assunto e eu encaminhei à Mesa, semana retrasada, um ofício solicitando qual é a posição do governo, visto que a Casa aprovou um requerimento sobre este tema e eu até agora não recebi...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Comissão Executiva já oficializou o órgão para que peça as informações imediatamente.

Está em votação o requerimento do deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, não há nem o que encaminhar um requerimento dessa natureza. Números que devem ser públicos e a Assembléia Legislativa precisa tê-los para que a gente possa até responder às pessoas que querem saber quanto que o governo está gastando, esta miséria que o governo Lerner gasta em propaganda, esta miséria, um valor ridículo, um valor insignificante que o governo Lerner gasta em publicidade no jornal Nacional, nas novelas da Globo, em todos os momentos, nas rádios, nos jornais, na televisão, em quadro, manda pichar, inclusive, eu acho até, para poder fazer propaganda.

Então, eu creio que não há nem o que discutir num requerimento desses. Eu peço ao deputado Durval Amaral, que é um homem democrático, forjado na luta democrática e que com certeza sabe quanto é necessário que nós da Assembléia Legislativa possamos ficar por dentro da aplicação do dinheiro público.

Então, eu peço ao deputado Durval Amaral para reforçar a sua imagem de grande líder do Governo nesta Casa, que peça para os deputados aprovarem este requerimento, porque não tem nada a esconder, nada a esconder. O governo mostra quanto que ele gasta em propaganda e nós ficamos tranquilos, tranquilos. Nós vamos ficar sabendo disto, deputado Neivo Beraldin, só o ano que vem, daí já vai ser tarde, porque daí nós vamos pegar isto no Tribunal de Contas. Então, eu queria saber agora, já qual é o valor que o indigesto governador Jaime Lerner tem gasto com propaganda.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, na verdade a prestação de contas do governo nos orienta que em 95 o governo gastou 30 milhões de reais em publicidade e propaganda, em 96 ele já gastou 60 milhões de reais, em 97 ele gastou 117 milhões de reais, em 98 ele gastou 134 milhões de reais, se compararmos que até 99 o dólar a 1 por 1, foram então num ano, só de 98, 134 milhões de dólares em publicidade e propaganda! Em 1999 ele gastou 66 milhões, agora em 2001 ele gastou perto de 60 milhões, por isso, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, ele já gastou isso no ano passado para poder gastar isso esse ano, porque não pode gastar mais do que ele gastou o ano passado, então, ele já gastou mais o ano passado para poder gastar mais esse ano.

Agora, o dado mais importante é que esse dinheiro vai para 4 agências de propaganda e elas distribuem esse dinheiro. Eu quero ver o governo, ou essas agências prestarem contas para quem elas remeteram esse dinheiro, para qual veículo de comunicação e efetivamente aonde foi aplicado esse dinheiro, se foi na imprensa estadual, se foi na imprensa nacional, ou se esse dinheiro possivelmente foi remetido para essas agências e parte possa ter sido desviada para outra função, toda essa questão, essa problemática nos leva à seguinte constatação: o Paraná gasta 2,5% do que arrecada em publicidade e propaganda. Esse dinheiro gasto em publicidade e propaganda só no governo Lerner poderíamos ter construído 100 mil casas populares, visto que a despesa foi da ordem de 508 milhões de reais em publicidade e propaganda.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Para Encaminhar**)

Acho que estamos aqui acostumados a assistir esse chio da Oposição: quando não dá, a Oposição desaparece.

Então, eu tinha até um posicionamento diferente com relação a esta questão de gasto com propaganda. Recentemente eu tenho recebido na minha região os órgãos de comunicação e vejo a dificuldade com que a maioria absoluta deles têm para fazer a sua manutenção.

Tem empresas em Londrina, e não vou citar aqui até por uma questão de ética, emissoras de rádio que não conseguiram sequer fazer o pagamento do 13º, ainda! Que o dinheiro da comunicação, do governo, que tem a necessidade de divulgar o que faz, ele é jogado no ralo como às vezes quer se interpretar, como às vezes se interpreta de interesse que às vezes não passa do palmo acima do nariz. Que esse dinheiro, na maioria absoluta das vezes e aqui não quero isentar a má aplicação dessas verbas, em absoluto, estou aqui também para ajudar a contestá-las, mas elas são geradoras de empregos, daqueles profissionais do rádio que muitas vezes não têm de onde tirar o almoço do dia seguinte, e têm a família, e têm o filho. Então, nós não podemos aqui generalizar em nome só de uma discussão, eu estou acostumado a ouvir aqui a toda hora o governo apanhar por tudo, estou fazendo a

parte da bancada de ajudar o governo, estou ajudando, e por isso é que estou colocando o meu ponto de vista.

Sou homem da comunicação também, sei a dificuldade dos profissionais da educação, e quero aqui louvar um Estado que tenha dinheiro para poder manter um batalhão enorme de jornalista, de radialistas, de assistentes, de office-boys, de motoristas, de mulheres que fazem café, de serventes, de serviços gerais que são beneficiadas com o dinheiro que quase todos os Estado têm para manter.

E vou dar aqui outro exemplo: a Prefeitura de Londrina tomada agora por um surto de mudanças na cidade não tem dado aquele percentual que é destinado à comunicação, aos comunicadores. A informação que o público precisa e isso tem feito muita falta no mercado porque a verba de publicidade também é grande geradora de empregos, vale muito mais que muitas indústrias que o Estado não tem, para poder bem informar a população, aquela que paga os seus impostos, do que é que tem sido feito com o dinheiro dos seus contribuintes. Quero aqui em defesa, dizer que vou votar contra, vou acompanhar a Bancada, vou acompanhar o líder Durval Amaral, mas dizer que não é bem assim e como depoimento, podemos ouvir qualquer profissional, não precisa ser a mim. Temos o Alborghetti, temos o Chab e tantos outros que mantêm programa diário, para ver a dificuldade que existe em se manter um técnico do lado de lá da câmera, um bom locutor, um bom técnico de todas as áreas, inclusive até aquele que saiba escrever e saiba falar.

Esse é um discurso que já conheço, que já li e é o desespero que bate exatamente nessas horas em que a gente vai para um pleito eleitoral e aí, faltando argumento, a gente vai começar a utilizar o que vem mesmo, de qualquer forma.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, estamos vendo um governo que tem sido perdulário na aplicação dos recursos, especialmente na comunicação. Temos um governo que não se preocupa com a prestação de contas da questão da mesma comunicação que ele faz.

Vejo um governo hoje preocupado em criar uma página chamada “Eh! Paraná”. Este Paraná que está construindo o governo Lerner quando não consegue e não tem condições nesta Casa de aprovar um requerimento sequer para prestar informações a respeito do quanto gasta em propaganda. Este Paraná, que nós devíamos conhecer o quanto, como e aonde gasta. Mas me surpreendo ouvindo a argumentação do combativo deputado Moysés Leônidas, que tenta justificar as dificuldades da imprensa, como se fosse obrigação do governo honrar a folha de pagamento! Reconheço e ele tem razão quando afirma que os meios de comunicação e em especialmente da nossa região, porque nós dois somos da mesma região, vive com dificuldade, mas não era no governo, não era o “caixa da vovó ou do vovô do governo” que...

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Eu não falei que o governo tem que pagar a folha de pagamento de ninguém, deputado José Maria. Não deturpe a minha fala.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Então o senhor seja mais explícito.

Senhor presidente, eu estou com a palavra!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito que o deputado Moysés aguarde o deputado José Maria fazer o encaminhamento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Que o deputado Moysés Leônidas seja claro quando diz que a imprensa sustenta um batalhão de cafetinho, de mulheres que vão atender, de repórteres, de locutores... Ora, então que o governo coloque na relação dos empregos que ele tanto propagandeia esta nova fonte de emprego que ele criou, deputado Leônidas. Eu não vi ainda a relação, deputado, o governo colocar como sendo obra dele esses empregos da imprensa. Agora, não adianta, quem não consegue explicar, e não é choro de Oposição, mas quem não consegue explicar, deputado, é o gasto exagerado que hoje se faz na propaganda. Por quê? Porque se um governo como o de São Paulo gastou 28 milhões num exercício que tem 35% do PIB nacional e o Estado do Paraná que tem 6% do PIB nacional gastou 5 vezes mais na propaganda oficial do que o governo do Estado de São Paulo!

Acho que a maior fonte de criação de emprego tinha que ser justamente na imprensa, mas não é. Agora, se é que tem todos esses recursos e que é tão bom para o Paraná divulgar os feitos do governo Lerner, vamos aprovar este requerimento, porque ele só vem trazer luz e só vai trazer engrandecimento ao governo pelos seus feitos.

Portanto, deputado Durval Amaral, não tenho dúvidas. Se querem a transparência e se querem publicar o “Eh! Paraná”, publiquem, aprovando este requerimento, porque nós, com certeza, estaremos fazendo a transparência da coisa pública no nosso Estado.

Obrigado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Questão de Ordem**)

O deputado José Maria tem o costume de entender mal o que eu falo. Outro dia ele falou na CCJ, me pegou ali no corredor, dizendo: “o que eu falei, realmente, o senhor não tinha falado”. V. Exa. tem que falar no microfone, não adianta falar para mim, porque tornou público.

Então, tem essa dificuldade quando falo, de entender.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, peço a V. Exa. para que seja aplicado o artigo 166 do Regimento Interno, parágrafo 2º, onde é vedado a qualquer parlamentar que tenha encami-

nhado a matéria se, porventura, tenha se ausentado do Plenário, para que seja considerada sua presença!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta sempre foi a posição desta Presidência.
Em votação o requerimento. **Rejeitado.**

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa procederá à verificação de votação.
05 aprovam; 27 rejeitam.

Rejeitado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2002.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 343/2001, 299/2002 e do Projeto de Resolução nº 009/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 677/2001, 116, 158, 173, 248, 262, 271, 294, 318, 335, 343, 347, 349 e 350/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ALIMENTOS

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e dois, às 10h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, no Plenarinho, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cezar Silvestri, Pastor

Edson Praczyk, Ademir Bier, Miltinho Pupio, Luciana Rafagnin, Duílio Genari, Eli Ghellere. Na presente reunião foram discutidos os trabalhos realizados até o momento, definindo as próximas ações desta CPI. Em seguida foi dada a palavra aos demais membros da Mesa e aos participantes da reunião, que teceram comentários, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata, que vai assinada por ele, e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição 85/2002 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referente ao mês de maio de 2002. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor deputado Geraldo Cartário, relator da Proposição nº 85/2002, que trata da prestação de contas da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de maio de 2002, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14. Analisada a matéria, o senhor relator concluiu que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, dada à sua exatidão, entendendo pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por todos os senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária